



Ministério da Cultura
Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
87ª Reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural
Data: 27 de setembro de 2017
Local: Sala do Comitê Gestor – Brasília DF

Às nove horas do dia 27 de setembro de 2017, na Sede do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, IPHAN, localizado no SEPSUL 713/913, lote D, 5º andar, em Brasília, Distrito Federal reuniu-se o Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural para a 87ª Reunião Ordinária do órgão colegiado. Sob a Presidência de Kátia Santos Bogéa, Presidente do IPHAN, estiveram presentes os seguintes Conselheiros e Conselheiras: Ângela Gutierrez; Arno Wehling; Breno Bello de Almeida Neves; Luiz Phelipe de Carvalho Castro Andrés; Márcia Genésia de Sant'Anna; Marcos Castrioto de Azambuja; Maria Cecília Londres Fonseca; Myriam Andrade Ribeiro de Oliveira; Synésio Scofano Fernandes e Ulpiano Toledo Bezerra de Meneses, representantes da sociedade civil. Carlos Eduardo Dias Comas, representante do Ministério da Educação; Fernanda Bordin Tocchetto, representante da Sociedade de Arqueologia Brasileira; Leonardo Barci Castriota, representante do ICOMOS– Conselho Internacional de Monumentos e Sítios; Maria da Conceição Alves de Guimaraens, representante do Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB; Marcelo Mattos Araújo, representante do IBRAM - Instituto Brasileiro de Museus, Roque de Barros Laraia, representante da ABA -Associação Brasileira de Arqueologia - e José Pedro de Oliveira Costa, representante do Ibama – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. Justificaram ausência, os Conselheiros Augusto Ivan de Freitas Pinheiro; Ítalo Campofiorito e Lucia Hussak Van Velthen. O Conselho deliberou sobre a seguinte Ordem-do-Dia: Manhã - **1)** Aprovação da Ata da 86ª Reunião do Conselho; **2)** Informes; **3)** Deliberação sobre saída de obras de arte do MASP – Museu de Arte de São Paulo – para exposições temporárias no exterior. Relator: Conselheiro Luiz Phelipe de Carvalho Castro Andrés; **4)** Propostas de Tombamento: **4.1** - Processo 0511-T-54 – Trecho da Ladeira da Misericórdia, no município do Rio de Janeiro/RJ (Processo 01500.004052/2009-23) Relatora: Conselheira Maria da Conceição Alves de Guimaraens; **4.2** - Processo 1642-T-11 – Acervo da Fundação José e Paulina Nemirovsky, atualmente cedida em comodato à Pinacoteca em São Paulo/SP (Processo 01506.000.505/2011-15).

Relator: Conselheiro Marcelo Mattos Araujo. **Tarde – 5)** Proposta de Registro: Feira Central de Campina Grande/ PB (Processo 01450.012500/2007-33), **Relator:** Conselheiro Ulpiano Bezerra Toledo de Meneses. **6)** Lançamento da reedição do Mapa etno-histórico de Curt Nimuendaju, de 1981- Fundação Nacional Pró-Memória. Organizado pelo DPI. **7)** Encerramento. Manhã. A Presidente **Kátia Santos Bogéa** abriu a reunião saudando os Conselheiros e agradecendo pelo esforço para estarem, mais uma vez, presentes para deliberarem sobre a pauta prevista e, antes de passar à discussão, pediu ao Diretor do Departamento do Patrimônio Material e Fiscalização, Andrey Schlee, para informar ao Conselho sobre o Seminário Internacional *O Futuro do Patrimônio* que ocorrerá no Rio de Janeiro integrando a semana de celebração dos 80 anos do IPHAN prevista para ocorrer de 23 a 28 de outubro. **Andrey Schlee** apresentou a programação do evento, destacando que serão quatro mesas temáticas voltadas para discutir grandes temas que o IPHAN, ao longo dos oitenta anos, vem enfrentando. O Seminário terá início no dia 26 de outubro, pela manhã, no Museu do Amanhã, com a *Mesa Cultura Arquitetônica e o Futuro do Patrimônio*, quando serão abordadas nas experiências de intervenções contemporâneas do patrimônio como as que vêm ocorrendo em Portugal. Contará com dois palestrantes portugueses, Antonio Ponte, Diretor da Regional Norte de Portugal para a Cultura Regional, e Alexandre Alves Costa, arquiteto do Escritório de Projetos de Intervenções Patrimoniais, figura importante nos últimos anos, em Portugal. Na parte da tarde, o foco é a cultura antropológica, com a *Mesa Cultura Antropológica e o Futuro do Patrimônio*, tendo como Moderador Hermano Queiroz, Diretor do Departamento do Patrimônio Imaterial e os palestrantes Jesus Prieto de Pedro (Espanha), Jurista espanhol, Professor de Direito Administrativo e titular da Cátedra Andrés Bello de Direitos Culturais das Universidades UNES y Carlos III; Yan Haiming (China), Sociólogo chinês, pesquisador associado da Academia Chinesa de Patrimônio Cultural, com pesquisas na área de Sociologia Cultural, patrimônio mundial, políticas e gestão patrimonial; e Antonio Augusto Arantes (Brasil), Antropólogo brasileiro, PhD em Antropologia Social pela Universidade de Cambridge e presidente do Iphan entre 2004 e 2005. Na sexta-feira, dia 27, pela manhã, *Mesa Cultura Arqueológica e o Futuro do Patrimônio*, mais voltada para a questão da arqueologia em centros urbanos que terá como Moderador Roberto Stanchi (IPHAN - Brasil) e os palestrantes Cornelius Holtorf (Suécia), Arqueólogo sueco, Professor na Universidade de Linnaeus e diretor da Escola de Pós-Graduação em Arqueologia de Contrato, em Karmal (Suécia) e Daniel Schavelzon (Argentina), Arquiteto argentino, Professor titular e fundador do Centro de Arqueologia Urbana da Faculdade de Arquitetura, Desenho e Urbanismo da Universidade de Buenos Aires (UBA). Também fundador e diretor

da Área de Arqueologia Urbana do Governo da Cidade de Buenos Aires e da Área Fundamental de Mendonza. Foi o consultor indicado pela UNESCO para analisar e opinar sobre o Cais do Valongo. Na parte da tarde, Mesa *Cultura Urbanística e Documental e o Futuro do Patrimônio*, Moderador Marcelo Brito (IPHAN - Brasil) e os palestrantes: Ulpiano Toledo Bezerra de Menezes (Brasil), Professor Emérito da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, titular aposentado da cadeira de História Antiga. Dirigiu o Museu Paulista/USP, organizou e dirigiu o Museu de Arqueologia e Etnologia/USP (1963-8), e foi membro da Missão arqueológica francesa na Grécia. Marco Streefkerk (Holanda), Historiador holandês, especialista em Ciências da Informação. É diretor na DEN Foundation, instituto holandês para a cultura digital, com experiência na área de patrimônio digital. É membro do Comitê Memória do Mundo da Unesco, e Van Troi Tran (Canadá), Palestrante da Universidade de Laval, no Canadá, editor assistente da revista *Ethnologies* e pesquisador assistente do Laboratoire d'Enquête Ethnologique Multimédia. Atualmente é membro do comitê executivo da Canadian Anthropological Society, concluiu. A Presidente **Kátia Bogéa** complementou as informações, dizendo que o patrocínio é do BNDES, e que no final do primeiro dia do seminário vai ser lançada a Revista do Patrimônio, uma caixa com dois volumes, o primeiro com artigos de pessoas que têm uma visão crítica desses oitenta anos do IPHAN e o segundo volume, traz a discussão do futuro da preservação no mundo. Solicitou, ainda, que aqueles que quisessem participar do seminário fizessem inscrição pelo site do IPHAN. Em seguida, passou ao **ponto 1** da pauta, aprovação da Ata da 86ª Reunião do Conselho Consultivo, realizada em 22 de junho de 2017. Por unanimidade, a Ata foi aprovada. A seguir, passou ao **ponto 2**, Informes, dando a seguinte informação: "Todos vocês vão receber a medalha Mário de Andrade. Tem um Conselheiro, ou melhor, uma Conselheira para quem a medalha tem um duplo sentido, que é a Ângela Gutierrez. Ela está recebendo essa medalha porque ela é Conselheira Consultiva do IPHAN, mas, também, porque ela doou toda a coleção do Museu de Sant'Ana ao IPHAN. Eu fui a Tiradentes e tive uma das maiores emoções da minha vida, quando olhei aquele Museu. Quem não o conhece está perdendo uma das coisas mais lindas que eu já vi. E a exposição que estava lá. Ângela, parabéns. Muito obrigada." Após esta declaração, deu seguimento à reunião com o **ponto 3** da pauta, deliberação sobre saída de obras de arte para exposição temporária no exterior tendo como relator o Conselheiro **Luiz Phelipe de Carvalho Castro Andrés**. Antes de fazer a leitura, o Conselheiro, elogiou a luta incansável da Presidente do IPHAN, segundo suas palavras, na defesa da instituição e na recomposição do quadro funcional por meio de concurso para preenchimento de 516 vagas disponíveis, com o propósito de evitar o

esvaziamento da instituição pela perspectiva de quatrocentos aposentadorias no universo atual de 680 servidores ativos. Ressaltou a visita à exposição montada pela Superintendência do IPHAN no Distrito Federal, a convite do Superintendente da unidade, que “a despeito de todas as dificuldades descritas pela Presidente, com a garra, a determinação e o entusiasmo da equipe do IPHAN, montaram uma lindíssima exposição”. Ao finalizar, sugeriu que se deveria procurar artistas com grande notoriedade no Brasil e convidá-los a gravarem mensagens rápidas em defesa do IPHAN, para serem colocadas *WhatsApp* e alcançarem o Brasil inteiro pela grande a grande penetração que têm as mensagens postadas na rede. A Presidente **Kátia Bogéa** aprovou a sugestão e disse que iria articular com os superintendentes no sentido, de cada um pegar uma pessoa expressiva para ser filmada para que, depois, todos os depoimentos sejam editados pela equipe da Comunicação e divulgados. O Conselheiro **Synésio Scofano Fernandes** pediu a palavra para se posicionar com relação à situação do IPHAN: “A nossa presidente, muito sabiamente, colocou questões fundamentais que devíamos ter mais um tempo de reflexão. Porque, as questões são tão importantes para esse Conselho e para a preservação de um Instituto que cuida do nosso patrimônio e que extrapola essa conversação que estamos vivendo aqui. Nós não podemos deixar que essa deterioração do IPHAN aconteça. O Conselho pode ser uma trincheira para o IPHAN, e creio que esse tema deveria ser debatido com mais vagar, porque é de extrema importância. A defesa do IPHAN, de princípios para a preservação da cultura brasileira, é essencial para o nosso país, nesse momento”. A Presidente agradeceu às ponderações do Conselheiro e disse que irá convocar o Conselho para discutir exclusivamente este tema, estando na dependência de questões orçamentárias para definir quando seria feita esta reunião. Antes, ainda, de passar a palavra ao relator do ponto de pauta a ser discutido, apresentou ao Conselho o prefeito Antonio Tibúrcio da Silva, de Novo Airão, no Amazonas, acompanhado de Ilton Pereira dos Santos, ex-prefeito do município, Bráulio de Andrade, vereador e Carlos Gouveia, coordenador de assuntos institucionais e parlamentares que estiveram junto com ela em audiência com parlamentares no Congresso Nacional e que, dispondo de tempo, pediram para assistir à reunião do Conselho Consultivo. Depois de dizer que eram bem-vindos, passou a palavra ao Conselheiro **Luiz Phelipe de Carvalho de Castro Andrés** para leitura do parecer. “Senhora Presidente, Senhores Conselheiros. O Museu de Arte de São Paulo/MASP solicita ao IPHAN a autorização para exportação temporária de obras componentes de seu acervo tombado a fim de participar de exposições na Alemanha, Espanha e Itália. Uma vez estabelecido pelo Decreto-Lei nº 25/1937, regulado pela Portaria IBPC nº 262/1992, cada solicitação se faz acompanhar de

uma série de documentos da instituição estrangeira solicitante do empréstimo (como *facility report* e seguros), além do próprio Museu emprestador (como laudo de conservação das obras), correspondendo então cada solicitação a um específico processo administrativo. Estamos falando, então, no conjunto, de 04 (quatro) pedidos (processos administrativos), referentes a 07 (sete) obras, todas do acervo do MASP, dos artistas Henri de Toulouse-Lautrec, Edouard Manet e Paul Cézanne, a acompanharem 04 (quatro) exposições na Europa, sendo duas na Alemanha (em Karlsruhe e Wupertal), uma na Espanha (em Madrid) e uma na Itália (em Milão). A lista de obras e exposições correspondentes, com a identificação dos museus a receberem-na, previsão de saída, bem como as devidas manifestações técnicas do IPHAN e IBRAM encontram-se a seguir listadas: Exposição “Cézanne: Metamorfoses”, “Rochedos em L’Estaque”, no Museu Staatliche Kunsthalle, em Karlsruhe, Alemanha, de 28/10/2017 a 11/02/2018; Exposição “Picasso/Lautrec”, “A roda” e “O divã”, no Museo Thissen-Bornemizsa, em Madrid, Espanha, de 17/10/2017 a 21/01/2018; Exposição “Edouard Manet” (título provisório), “O Artista – Retrato de Marcellin Desboutin” e “A Amazona – Retrato de Marie Lefébure”, no Von der Heydt-Museum, em Wupertal, Alemanha, de 24/10/2017 a 25/02/2018; e Exposição “Toulouse-Lautrec, “Retrato de Octave Racquin” e “O cão”, no Palazzo Reale Milano, em Milão, Itália, de 16/10/2017 a 18/02/2018. Conforme a Coordenação Geral responsável pelas instruções no Departamento de Patrimônio Material e Fiscalização/DEPAM, em seus despachos de encaminhamento dos processos à Secretaria deste Conselho, os trâmites seguiram os procedimentos dispostos na Portaria IBPC nº. 262/1992 referentes à identificação do proprietário, da instituição solicitante do empréstimo e das obras, bem como os laudos técnicos de conservação, *facility report*, além de demais diligências comumente realizadas por esta Coordenação Geral, como a consulta ao Arquivo Central do IPHAN, não havendo impedimento de novos empréstimos, tendo sido devidamente sanados aspectos relativos ao ateste dos laudos (assegurando a viabilidade do transporte sem riscos das obras), declaração da adequação das condições expositivas (*facility report*), datas de embarque e de retorno das obras, cópia das solicitações das instituições, informações do contrato de empréstimo, dentre outros. Igualmente foram enviados pelo MASP cópias e traduções juramentadas dos certificados de seguro referentes à totalidade das obras em questão, acerca dos quais o DEPAM procedeu à análise e verificou estarem conformes entre si no que diz respeito aos dados mais relevantes, como a correta identificação das obras e de seu proprietário (MASP), os períodos da exposição cobertos pelos dos seguros e os valores das obras seguradas, condizentes com os dados de empréstimo - bem como a extensão dos seguros (de prego a prego e contra todos os riscos).

Por essa razão o DEPAM manifestou seu “de acordo” com as informações prestadas pelo MASP para recomendar ao Conselho Consultivo a autorização dos pedidos, manifestação está à qual dou meu parecer favorável. Brasília, 27 de setembro de 2017. Luiz Phelipe de Carvalho Castro Andrés, Conselheiro. 87ª Reunião”. Após a leitura do parecer do relator, e não havendo manifestação contrária, a liberação das obras foi aprovada por **unanimidade**. A seguir a Presidente Kátia Bogéa introduziu a discussão do **ponto 4.1** apresentação e deliberação do parecer da Conselheira **Maria da Conceição Alves de Guimaraens**, relatora do Processo nº 511-T-54 - Trecho da Ladeira da Misericórdia, no município do Rio de Janeiro/RJ. Preliminarmente, a Presidente cedeu a palavra ao Diretor **Andrey Schlee** para fazer a apresentação do bem em questão: “Eu vou fazer a apresentação do bem, logo em seguida, passo a palavra para a nossa Conselheira. Este bem é o trecho da Ladeira da Misericórdia, no Rio de Janeiro e pode parecer estranho num primeiro momento. É mais um processo bastante antigo, de mil novecentos e cinquenta e quatro. Portanto, percebam que não é em uma semana que vamos tombar um monumento. Portanto, nós estamos trabalhando com o Rio de Janeiro, também, não é uma questão de escolha simples. É um processo que entra com uma solicitação de um cidadão, em cinquenta e quatro, e é aberto o processo de tombamento. Em sessenta, é encaminhado pelo próprio Lúcio Costa e, desde então, como não deu parecer, ele ficou perdido na instituição. Até que foi retomado nesse esforço de verificação de se os valores originalmente identificados para tombamento ainda existiam e, se havia interesse nele, da instituição. Inclusive, levamos esse tema para a Câmara Setorial de Arquitetura e Urbanismo, onde foi discutido e indicado que esse processo deveria ser encaminhado ao Conselho Consultivo, como estamos fazendo agora. A Ladeira faz parte do conjunto dos edifícios da Santa Casa. Essa é a subida. Talvez, o trecho de rua também, dos mais antigos do Rio de Janeiro, numa área onde houve uma obra de urbanismo gigantesca, das maiores, de renovação inclusive urbana, feitas no país. Ela está, hoje, cercada e dentro de uma espécie de jardim público, no lado. Os levantamentos que constam no processo de tombamento, apontam, em média, cinquenta metros de ladeira e, até dez metros de altura no ponto mais alto. Ela termina numa espécie de belvedere. Esse é o levantamento. Optamos por não apresentar a área de entorno já que, na verdade, ela está compondo o conjunto de entorno de bens já tombados pelo IPHAN, ou seja, a própria Santa Casa, o Museu Histórico Nacional e, mais recentemente, Instituto de Resseguros do Brasil. Enquanto a Conselheira estiver lendo, vou apresentando um conjunto de imagens para que tenhamos uma noção do que estamos falando”. O Diretor passou a palavra para a Conselheira **Maria da Conceição Alves de Guimaraens** iniciar a leitura do parecer sobre o

processo em questão. **“PARECER. Processo nº 511-T-54. ”Trecho da Ladeira da Misericórdia, município do Rio de Janeiro/RJ.** Colegas Conselheiros, o Processo nº 511-T-54, referente ao “Trecho da Ladeira da Misericórdia”, logradouro público pertencente ao município do Rio de Janeiro/RJ, foi aberto em atendimento à “sugestão no sentido da conservação” de Ary Ferreira de Macedo, datada de 29 de setembro de 1954. Em 2 de outubro de 1954, o então diretor Rodrigo Melo Franco de Andrade informou ao interessado que a sugestão estava sendo “devidamente examinada pela divisão competente”. A instauração do processo teve como objetivo o tombamento em nível federal do trecho remanescente da Ladeira da Misericórdia, elemento urbano histórico situado tangencialmente à igreja de Bonsucesso, no largo de mesma denominação. No dossiê em análise há registro de que, naquele dia 2 de outubro, a carta do senhor Ary e o parecer de Lucio Costa, “sugerindo inspecção (sic) no local pelo dr. Edgard Jacintho” foram encaminhadas para o Diretor Geral; e que, em 12 de outubro de 1954, foi o mesmo encaminhado ao arquivo. A proteção em nível estadual pelo Instituto Estadual do Patrimônio Cultural - Inepac ocorreu em 1965, ocasião em que se celebrou o quarto centenário da fundação do Rio de Janeiro. Descontinuidades e divergências, incluindo deslocamento de documentação, marcaram os trâmites processuais. Além das dificuldades de ordem operacional e político-administrativa, as peças do processo têm importância devido às informações aí contidas acerca das competências intelectuais e técnicas dos funcionários do Iphan e do tipo de dados necessários à tramitação e instrução do estudo e dossiê de tombamento. Denota-se que os procedimentos para os estudos iniciais teriam sido encaminhados pelo arquiteto Lucio Costa, compreendendo o levantamento ou vistoria que Edgard Jacinto, também arquiteto, deveria executar. Observa-se ainda que, apesar de “nem a carta motivadora e nem as conclusões que possivelmente se seguiram terem sido anexadas aos autos”, o desenvolvimento do estudo pela arquiteta Joyce Kurrels em 2009 superou a ausência desses registros da efetivação daqueles primeiros trabalhos. Desse modo, foi verificada a existência, nas Séries do Arquivo Noronha Santos, de uma carta do senhor Ary, datada de 1960, reiterando o pedido feito em 1954 e da Informação, também do ano de 1960, de autoria de Edgard Jacinto, o qual concluía que a Ladeira da Misericórdia não era bem “merecedor do tombamento federal”, pois “irremediavelmente mutilado” e destituído de “valor documental como elemento urbanístico”, não sendo, para ele, justificáveis ações de proteção e recuperação”. Tal registro também revela que o assunto teria sido encaminhado à avaliação de Lucio Costa. Porém, não foi encontrada nenhuma documentação referente à continuidade dos estudos desde então. A retomada dos

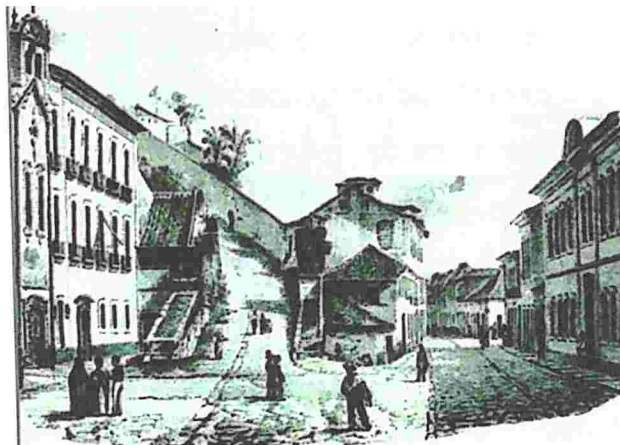
procedimentos voltados para a proteção federal ocorreu apenas em 1999, ocasião em que o Iphan buscava recuperar as ações de regularização de processos de Tombamento, o que objetivaria a conclusão de estudos paralisados e inconclusos. Tal situação colocava inúmeros pedidos de Tombamento, este incluído, na condição de processos “sobrestados”. O reinício dos estudos em 1999 ocorre com o pedido de encaminhamento, para o Departamento de Proteção, dos processos acima referidos e respectivos registros iconográficos, os quais representariam o interesse –ainda a ser estudado em articulação com outras ações– do Iphan na área na década de 1970. A impossibilidade de atender à tal solicitação no curto prazo estabelecido demonstrava que, para o reduzido corpo técnico da época, o quadro nacional da recomposição premente de cerca de cinco dezenas de processos em bases metodológicas mais criteriosas causava dificuldades supostamente intransponíveis. Naquele momento, a colaboração, no processo então em pauta, de Núbia Melhem, que concluía um livro sobre o Morro do Castelo, foi considerada “interessante” para o desenvolvimento dos trabalhos. O dossiê apresentado à relatoria, registra ainda que apenas em 2009, ou seja, quase seis décadas após o pedido original, o estudo foi de fato iniciado, sendo então ajuntado a este em análise o processo 015000.004052/2009-23. Dentre os registros dos novos procedimentos, importa destacar sobremaneira os dois pareceres e o levantamento fotográfico elaborados pela arquiteta Joyce Kurrels, os quais fundamentaram a delimitação de quatro categorias para as áreas de entorno e a indicação, pela mesma, para o tombamento federal. Acrescente-se que, em 2009, foi também indicado para apreciação do material produzido pela 6ª CR o historiador José Antônio Nonato Duque Estrada, do Departamento de Proteção, por seu profundo conhecimento do objeto que estaria em estudo para o tombamento. Na apreciação dos pareceres da arquiteta, elaborada na sequência por Duque Estrada, é notável a referência à categoria do calçamento do piso. Considerado esse elemento “fator estético que também merece ser preservado”, afirma ele que o piso possui “calçamento original, datado do período colonial, em pedras calcetadas, do tipo que se convencionou chamar “pé de moleque”. Entretanto, as formas de uso e ocupação, a sujeira, o mobiliário e os edifícios imediatamente próximos que, à época, degradavam o lugar foram, após criteriosa análise, merecedores dos seus comentários verdadeiramente críticos. Duque Estrada também propôs reconsideração das recomendações para as áreas de entorno constantes do Parecer nº 18/09/DITEC/SRJ/IPHAN PROT, de 01/06.2009. O historiador, verificando estar o trecho em pauta “milagrosamente intacto e satisfatoriamente preservado” contribuiu também com detalhadas sugestões para o agenciamento paisagístico e a revisão das áreas de entorno

sugerida pela arquiteta. No Parecer, favorável à inscrição no Livro Histórico, ele indicou trechos da Ladeira que deveriam receber melhores cuidados no sentido da limpeza e da conservação urbana por parte da municipalidade, incluindo considerações a respeito da situação do ali implantado Terminal Rodoviário, cujos abrigos foram projetados pelo arquiteto João Filgueiras Lima, o reconhecido Lelé. Além de recomendar a inscrição no Livro Histórico, foi recomendada a inscrição no Livro Arqueológico. No entanto, essa última foi contestada. Em acordo com os registros, entre 2010 e 2016 os limites de proteção continuaram a ser discutidos. Para contestá-los, técnicos das instâncias centrais e da regional, alegavam, principalmente, que a proximidade de bens tombados, a ‘cristalização’ edilícia da área e as alterações realizadas na frente marítima, incluindo a derrubada da elevada via perimetral, construída em 1959, justificariam estudos para a delimitação de poligonal de entorno que abrangesse todos os componentes da área. Em 16 de novembro de 2016, a Câmara Setorial de Arquitetura e Urbanismo do Iphan, apesar das poucas manifestações contrárias ao tombamento emitidas nas poucas ocasiões em que o processo em pauta foi examinado ao longo dessas décadas, declarou a pertinência do tombamento. Assim entendeu a Câmara por ser a Ladeira da Misericórdia testemunha da “refundação” da cidade do Rio de Janeiro, então deslocada do morro Cara de Cão. E, tendo em vista ser esta cidade a segunda mais antiga capital do Brasil, o lugar está ligado à história política do nosso país. Da mesma forma, registra a Ata da 15ª Reunião da Câmara, a área está relacionada aos processos de renovação urbana e arquitetônica ocorridos no Rio de Janeiro nos séculos dezenove e vinte, os quais, feliz ou infelizmente, foram modelos para as capitais de todo o país. Ao atrelar-se à ocupação e formação física e social dos primeiros lugares constituintes da cidade, na condição de elemento do sistema de circulação urbano, a Ladeira, antes também denominada Nova, foi, de fato, importante via de acesso ao morro do Castelo. Gastão Cruls, afirmou que a Ladeira da Misericórdia poderia ser considerada um prolongamento da Ladeira do Castelo, pois “vinha morrer quase às portas do Colégio dos Jesuítas”. Tais condições fizeram com que fosse a mais movimentada. Segundo Brasil Gerson, foi “ponto de partida do primeiro dos nossos largos e da primeira das nossas ruas”. Afirmou ainda esse historiador: “Eis aí, portanto, no encontro dos três – ladeira, largo e rua – o que se poderia chamar de o reduto, se bem que já algo profanado modernamente, da cidade ao tempo de sua fundação, capaz de substituir na veneração dos homens de hoje os seus dois berços destruídos pelos elementos e pelas máquinas: a “vila velha” de Estácio no Cara de Cão e o conjunto de casas telhadas e sobradadas mandadas construir, dois anos depois, em 1567, por Mem de Sá, seu tio...” O Hospital da Santa Casa da Misericórdia, o Largo e a Igreja de Nossa Senhora de

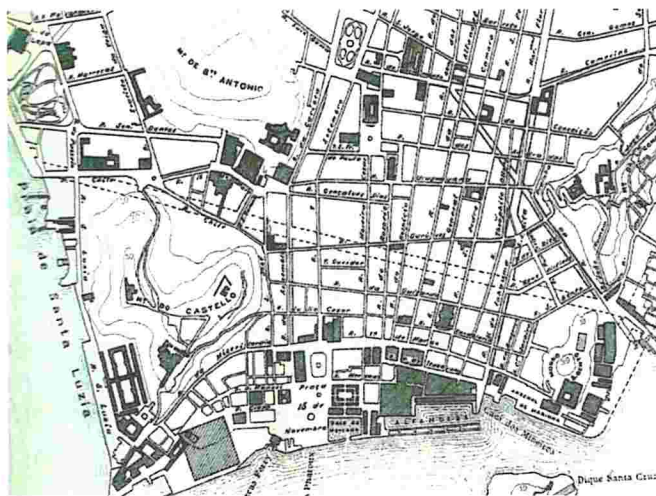
Bonsucesso, e o Museu Histórico Nacional –os dois primeiros tombados pelo Iphan em 1938, e o terceiro em 1997– compõem as molduras, perspectivas e visadas dos remanescentes da Ladeira da Misericórdia, sendo, portanto, o que resta do ambiente histórico e tradicional do lugar. Residências, casas de comércio, armazéns de mercadorias, além das construções do



Aquarela de Thomas Ender. Igreja de Bonsucesso, largo e ladeira da Misericórdia, 1817.



Litogravura de Louis Buvelot e Auguste Moreau. Largo, ladeira e rua da Misericórdia, 1845.



Planta do Rio de Janeiro, 1903.

À esquerda, embaixo, o conjunto formado pela Santa Casa, largo e ladeira da Misericórdia e atual Museu Histórico Nacional.

sistema defensivo que definiam a significativa função militar, imprimiram na região mais próxima da Igreja de Bonsucesso e do início da rua da Misericórdia uma urbanidade “mista” desde o início do século dezesseis. As procissões dos mortos e dos condenados às execuções saíam da igreja da Misericórdia, depois chamada da Bonsucesso. O largo foi a praça pública mais antiga do Rio de Janeiro. Situado ao pé da colina do Castelo, foi palco para as atividades cotidianas, celebrações, feiras e autos teatrais. Cronistas da singular vida física e social da capital do Brasil foram arrolados no estudo de Kurrels para demonstrar a ‘sociologia’ e a ganância especulativa que desvalorizaram a Ladeira antes e após a demolição do Castelo. Portanto, desfilam nas páginas do dossiê trechos de ‘reportagens’ de João do Rio e Luís Edmundo, cujos relatos informam a degradação e a história amarga vivenciada por eles naquele que foi o “lugar de onde partimos” e o lugar do “grito da Misericórdia”, “primeiro balbucio”. Outras fontes bibliográficas a comentar são os livros *Largo da Misericórdia: transformações espaciais em um marco da fundação do Rio de Janeiro* de Jacques Sillos de Freitas publicado em 2015 e citado nos documentos técnicos ora referidos; e o *Tesouros do Morro do Castelo*, de Carlos Kessel, publicado em 2008 cujo interesse para a historiografia do bem ora tratado é inegável. Dentre o referencial mais recente da história da cidade, denota-se ainda o seminário que enfocou a Ponta do Calabouço e o bairro da Misericórdia, realizado no Museu Histórico Nacional em 2015 e inserido nas comemorações dos 450 anos da fundação do Rio de Janeiro. A publicação intitulada *Misericórdia: um bairro na paisagem do Rio de Janeiro*, organizado pela historiadora Aline Montenegro Magalhães e pesquisadores do MHN, a ser lançada no mês de outubro próximo, contém artigos dos estudiosos que, em palestras do seminário, demonstraram ser esse o lugar onde se reconfigurou a fundação da cidade. A função urbanística da Ladeira, parte do sistema de circulação da cidade, foi marco essencial. Os participantes do seminário organizado no MHN, ao pensar e reescrever história da centralidade original do Rio de Janeiro, levaram Magalhães e Lenzi a indagar na Apresentação do citado livro: *Quantas paisagens já emolduraram o complexo militar da Ponta do Calabouço, assim como a Santa Casa da Misericórdia e a Igreja de Nossa Senhora do Bonsucesso, remanescentes do período em que a cidade descia o Morro do Castelo e ganhava a várzea que se estendia até o Morro da Conceição, abrangendo ainda a área entre os morros de Santo Antônio e São Bento? Quantas personagens não se notabilizaram em função do cotidiano do antigo bairro da Misericórdia, como a negra Sabina que vendia laranjas na porta da Faculdade de Medicina? E quantas histórias tem o bairro da Misericórdia como palco, cenário e protagonista?* O arrasamento do morro do Castelo foi fato iniciado pelo prefeito Carlos Sampaio. Artistas e Augusto Malta, fotógrafo da prefeitura, junto com outros

colegas de profissão, subiram a ladeira da Misericórdia para registrar em suas imagens, o drama da destruição. Os aterros ali realizados permitiram a abertura dos espaços onde se instalaram os pavilhões da Exposição Internacional de 1922. Dessa perspectiva, a partir de meados do século dezoito, com a instalação da catedral e das construções representativas do poder político e administrativo no largo do Carmo, os bairros do Castelo e da Misericórdia já haviam perdido a condição de centralidade. As argumentações constantes no extenso estudo de Joyce Kurrels priorizam os aspectos da ocupação do morro do Castelo, antes denominado Descanso. Ela afirma ser a Ladeira um “elemento “insurgente”, importante signo da trajetória de construções e perdas (...)”. A ladeira foi a primeira via de acesso ao morro, o que possibilita verificar a força do fato de ser o trecho remanescente testemunha das nossas origens urbanas. Desse modo, a importância física e imagética, ou seja, material e imaterial, do trecho ainda existente e considerado em bom estado da antiga Ladeira da Misericórdia, é registrada nos seguintes trechos do parecer da arquiteta Joyce Kurrels: *A ladeira propriamente dita, não mais existe. Apenas uns poucos metros da primitiva via ainda insinuam o caminho pelo qual transitaram nossos primeiros irmãos, nossos primeiros capelães, nossos primeiros capitães, nossos primeiros construtores e nossas primeiras procissões como a dos Fogaréus nas Quintas-Feiras Santas, que, saindo da Igreja da Misericórdia, chegava à antiga Sé e à igreja de Santo Inácio de Loyola, em seguida, retornando ao seu ponto de partida.* Além das referências a essa e outras celebrações praticadas em acordo com o calendário religioso, as execuções de condenados, as festas e expressões culturais de afrodescendentes e imigrantes são comentadas em outros estudos específicos. Kurrels afirma ainda que, em razão dos aspectos históricos, o que resta da Ladeira é um “marco de permanência que sinaliza todo um processo de ocupação de territórios, a partir do qual se constituíram as várias faces dessa cidade que foi capital da Colônia, do Reino Unido a Portugal, do Império e, por longo tempo, da República. ” No sentido de admitir as sucessivas transformações urbanísticas da área nos séculos dezanove e vinte, e reconhecer as arquiteturas representativas das diferentes fases de formação e ocupação da cidade, se deve ressaltar os fatos que sequenciados e entrelaçados à existência da Ladeira da Misericórdia. Dentre outros, são notáveis os seguintes fragmentos de memória e de história que estão aí contidos: a escolha do lugar que originou a formação da cidade; a construção da bateria de São Tiago, a qual defendia a subida ao morro do Descanso, e da igreja de Bonsucesso, onde existia também a “roda dos expostos”, local em que colocavam crianças cujas mães não as podiam criar para que fossem educadas pela irmandade; a instalação do guindaste ou plano inclinado para transporte de coisas para o alto do morro do Castelo; a referência (controversa) ao fato de ter sido a Ladeira a primeira via a

ser pavimentada na cidade no Setecentos; o desprezo e o arrasamento do morro, posto abaixo entre 1922 e 1928; a realização da Exposição Internacional de 1922; a existência dos testemunhos arquitetônicos da Exposição, incluindo o Museu da Imagem e do Som; os tombamentos em nível federal do Prédio do hospital da Santa Casa, do Largo e da igreja da Misericórdia e do conjunto arquitetônico do Museu Histórico Nacional em que se inclui a Casa do Trem; e o redesenho dos trechos imediatamente vizinhos decorrentes da derrubada, entre 2013 e 2015, do Viaduto Juscelino Kubistchek, a conhecida via elevada da Perimetral. Em virtude das sensíveis alterações do sistema viário e sentido do tráfego de veículos no entorno e nas praças Marechal Câmara e Quinze, seria aconselhável, após o tombamento, a atualização das propostas de tratamento paisagístico, o que poderá ser realizado em conjunto com a prefeitura da cidade. Conforme contidas no dossiê, com a conclusão do estudo, propostas de medidas de gestão e tratamento da Ladeira e respectivos limites imediatos, da mesma forma que informações e notificações, foram dirigidas às instâncias competentes. Tendo em vista a existência próxima dos bens tombados em nível federal e a consolidação física da área, ajuntadas as recomendações e os minuciosos estudos antes citados, aos quais somam-se os pareceres recentes, indico também não ser necessário estabelecer a envolvente de proteção do entorno da Ladeira da Misericórdia. Conforme verificado amplamente, a Ladeira integra (in)certa 'arqueologia' do processo original que resultou das diferentes formas de domínio da natureza e configuração do território. Tais ações foram geradas em diferentes momentos pelos poderes políticos e econômicos, utilizando-se das técnicas urbanísticas e normas edilícias que dinamizaram o centro do Rio de Janeiro. Incontáveis testemunhas materiais do progresso urbanístico, incrementado a partir do século dezesseis, foram descartadas no início do século vinte na região central do Rio de Janeiro. Embora destituída dos aspectos funcionais que motivaram a sua existência, dada a destruição do morro do Castelo, a Ladeira da Misericórdia é um fragmento urbano que mantém a sua funcionalidade simbólica e memorial. Paradoxalmente, a função e o lugar da Ladeira da Misericórdia continuam a expressar os desejos das gerações que buscaram garantir a sua permanência. Enfim, produto da história de conflitos e das vitórias travadas para superar, física e simbolicamente, o ambiente natural e construído, a existência dos remanescentes da Ladeira é lembrança real e autêntica do morro do Castelo. Com tal consideração, neste Conselho, em continuidade à decisão da Câmara de Arquitetura e Urbanismo antes referida, considero que esse atributo memorável e que, hoje, não mais supõe contestação, motiva e fundamenta o meu Parecer em favor da inscrição, no livro do Tombo Histórico deste Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, de toda a extensão e perímetro do "Trecho remanescente da

Ladeira da Misericórdia no município do Rio de Janeiro, no estado do Rio de Janeiro”. Arquiteta Maria da Conceição Alves de Guimaraens (Cêça Guimaraens), Conselheira, representante do Instituto de Arquitetos do Brasil. Brasília, 27 de setembro de 2017. 87ª Reunião”. **Andrey Schlee**, que passou a presidir a reunião por ter a Presidente se ausentado para cumprir compromisso externo, abriu a sessão para manifestação dos Conselheiros. O primeiro a se inscrever para falar foi o Conselheiro **Carlos Eduardo Dias Comas**, que pediu esclarecimento sobre o porquê de a inscrição no Livro do Tombo Arqueológico ter sido contestada. Andrey Schlee respondeu que sendo um processo muito longo, ficando parado trinta anos, num primeiro momento houve a indicação, e a contestação ocorreu por não ter sido acrescentada ao longo da instrução do processo informações que reforçassem o valor arqueológico, a não ser a presença do próprio remanescente. Acrescentou que “a questão que o Comas levanta é importante. Sempre quando trazemos ao Conselho e indicamos um livro, e não todos os livros, é exatamente em função do conjunto de informações que constam da instrução. Sempre há uma discussão: porque não inclui no paisagístico ou no arqueológico, no caso? Porque não há informação suficiente na instrução processual, ou seja, ela não avançou nesse sentido, e toda argumentação foi construída, do ponto de vista arqueológico. O Conselheiro **Arno Wehling** pediu para fazer uma consideração sobre a questão do tombamento: “É interessante aquele juízo da década de mil novecentos e cinquenta, de a Ladeira não ser merecedora de tombamento porque estava irremediavelmente mutilada. Ainda ontem, discutíamos alguma situação análoga na Câmara Setorial do Patrimônio Imaterial. Eu acho que a Conselheira Cêça Guimaraes teve muita sensibilidade para chamar atenção relativa à importância do fragmento e do remanescente. Hoje, felizmente, nós mudamos a ótica para esta perspectiva que a Cêça está nos trazendo. Um grande historiador francês disse, certa vez, que a história se faz com documentos quando eles existem. Às vezes, o historiador precisa forçar um pouco o passado a falar. Acho que a importância dos fragmentos está exatamente nisso. Mas é outra maneira de pensar. Obrigado e parabéns”. Em seguida falou o Conselheiro **José Pedro de Oliveira Costa** que destacou a questão do pavimento da Ladeira, elogiado como pavimento de Pé de Moleque dos setecentos, e ressaltou que os estudos feitos a respeito da pavimentação de Parati, que tem semelhança, mostram que este tipo, organizado dessa forma, é mais antigo do que outros que foram feitos no século dezenove. Em seguida, falou a Conselheira **Fernanda Bordin Tocchetto**, que aventou, com base no fato da Ladeira ter sido tombada em nível estadual, em mil novecentos e sessenta e cinco, a possibilidade de esse intervalo ter concorrido para que o IPHAN não retomasse o processo de tombamento e perguntou se o conjunto seria o mesmo para o qual

estava sendo proposto o tombamento na reunião, e se o tombamento estadual teve eficácia, pois no entender dela tombamentos no dois ou nos três níveis de governo poderiam suscitar intervenções conjuntas e mais eficácia na preservação do bem. **Cêça Guimaraens** respondeu que sim, é o mesmo trecho, porque era o trecho que existia. Quanto à questão dos tombamentos conjuntos em virtude vários argumentos, seria uma estratégia a discutir. Acrescentou, que “em mil novecentos e sessenta e cinco, o Rio tinha, praticamente, acabado de deixar de ser capital federal. As investidas, a respeito de mudanças, alterações urbanísticas e edificações, no sentido de construção dos arranha céus, já estavam em desenvolvimento no Largo da Carioca, por exemplo. A perspectiva de se construir edifícios altos no entorno desses bens era também palpável, concreta. A própria recusa do Lucio Costa, em mil novecentos e cinquenta e quatro, já é um sinal de que as mudanças de gabarito já estavam ocorrendo. Os terrenos foram ocupados do lado de lá, onde tem o Ministério da Educação. Do lado de cá, não havia nada. Fomos olhar o que era, na década de mil novecentos e sessenta, o entorno do Museu Histórico Nacional, não era absolutamente nada. Depois, o pessoal do Tribunal de Justiça começou a construir com um gabarito controlado. Mas, imediatamente do lado da ladeira, onde o terreno da Santa Casa se expande desde a rua Santa Luzia até aquela avenida grande, que desce da avenida Antonio Carlos, estava livre, como está ainda. Ainda está em discussão a construção de um grande complexo na esquina da rua Santa Luzia com a avenida Antonio Carlos, que vai pegar o fundo da Santa Casa. Eu não falei do lado de lá da ladeira, porque isso aí é uma história do urbanismo, muito longa, e não interessava para o caso. Mas, temos que entender a ladeira, nesse contexto. Mas, para nós, agora, no sentido do tombamento desse trecho, o que interessa é a existência do bairro da Misericórdia, todas essas manifestações, todos esses usos, o lugar composto pelo largo de Bonsucesso, que é onde a ladeira começa, isso eu acho que é o que interessa no momento”, concluiu a Conselheira. O Conselheiro **Carlos Eduardo Dias Comas** voltou a intervir para discutir a questão do entorno e perguntou se o território adjacente era municipal, público ou lote privado. **Cêça Guimaraens** respondeu que “é território municipal, porque é via pública. Não pertence ao convento, não pertence à igreja, não pertence ao largo, etc. Como o largo, é um lugar público. O fato de não optarmos pelo entorno é porque tudo já foi construído lá. Não há mais o que construir, a não ser isso que eu estou comentando, que há a proposta de se construir, na outra ponta, na outra esquina, voltada para a avenida Antonio Carlos, um empreendimento que já deve estar até, talvez, em andamento. É longe. A visada da ladeira, do mar para dentro da cidade, é sempre o que define a ladeira, essa situação paradoxal de não ir para lugar nenhum. Mas, já tem edificações prontas lá. Na época que o processo começou não havia,

mas agora já existem edifícios que são do sistema judiciário do Rio de Janeiro. Não tem o que construir mais na vizinhança imediata. O último a pedir a palavra foi o Conselheiro **Leonardo Barci Castriota**, que assim se manifestou: “me chamou atenção uma observação do arquiteto Edgar Jacinto que dizia que a ladeira não era merecedora do tombamento federal porque o logradouro já se encontrava irremediavelmente mutilado, cujo remanescente não apresentava mais o valor documental como elemento urbanístico. Fiquei refletindo que, na verdade, nós estamos fazendo o tombamento de algo existente, remetendo a uma série de coisas que não existem mais. Então, estamos tombando, de fato, um fragmento. E, de fato, se considerarmos o elemento em si, individualmente, parece um tombamento sem sentido. Assim, eu acho que é muito interessante lermos a documentação que acompanha o parecer da Cêça, que vai exatamente desdobrando essas dimensões que não enxergamos, que não nos são dadas pelo elemento tombado”. Andrey Schlee passou ao encaminhamento da deliberação do Conselho e antes da votação, a relatora Cêça Guimaraens ponderou que ela fosse tombada como trecho remanescente da Ladeira da Misericórdia, pois para ela a expressão “trecho remanescente” define bem o que está lá, denominação que para ela é “bem clara, no sentido do que está posto”. Após a formulação final da Conselheira, o Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural, em sua 87ª reunião, aprovou por unanimidade o tombamento **do Trecho remanescente da Ladeira da Misericórdia, no município do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro”, nos termos do parecer da relatora, com inscrição no Livro do Tombo Histórico**. Após a deliberação, **Andrey Schlee** deu início ao **ponto 4.2**, Tombamento do Acervo da Fundação José e Paulina Nemirovsky, relatoria a cargo do Conselheiro Marcelo Mattos Araujo, Presidente e representante do Instituto Brasileiro de Museus no Conselho. Antes da leitura do parecer o Diretor fez apresentação do teor da proposta para esclarecimento dos Conselheiros. Eu vou fazer a apresentação, mais rapidinho, e passo direto para o Marcelo, que vai apresentar seu parecer. Trata-se do tombamento da coleção Nemirovsky, São Paulo. Vou fazer um pequeno histórico do casal. Jose Nemirovsky, nasceu em Buenos Aires. A família russa de Odessa, vai para Buenos Aires. Com dois meses de idade ele vem para o Brasil. Paulina, a futura esposa, é carioca, do Rio de Janeiro, mas também, é de família russa. De maneira que, em mil novecentos e quarenta e três, ele se forma médico ginecologista, de onde vinha, ou veio, o dinheiro, a fortuna, a possibilidade de construir a coleção. Paulina era filha única e herdeira de uma empresa importantíssima de papel e celulose, a Suzano. O pai dela era sócio de Leon Feffer, imigrante ucraniano, e os dois criaram a Suzano. Eles têm essa primeira característica, que eu queria chamar atenção. A segunda, que vou mostrar a vocês, para quem não conhece ainda a coleção, algumas das mais importantes obras daquilo que

costumamos entender como história da arte no Brasil, sobretudo, a partir do modernismo, não obstante ter coisas bastante interessantes de outros momentos. E um tema, tenho certeza que o Marcelo vai explorar, que é da construção de uma coleção que também, acho que é um dos valores a ser trabalhado e discutido, hoje, aqui. A primeira peça, é adquirida em mil novecentos e cinquenta e oito e a coleção é construída, organizada, pensada pelo casal, até praticamente, oitenta e sete, quando o José faleceu. E, antes, foi instituída a Fundação José e Paulina Nemirovsky. Esse conjunto de obras ficava na residência do casal”. Andrey Schlee ilustrou a apresentação com fotos de diversas obras da coleção. “Eu escolhi, de propósito essa foto, porque vocês estão vendo quem está lá atrás, a Antropofagia, um dos marcos, mas já começamos a perceber a qualidade das obras que compõe a coleção. O Frei Agostinho da Piedade, isso também me parece exemplar, do ponto de vista do que é ter uma coleção. Não é qualquer coisa. As obras são garimpadas. A Ângela Gutierrez está aqui, sabe como se constrói um acervo de uma coleção. A partir daí eu coloquei em ordem cronológica alguns exemplos da importância da coleção, Tarsila, Antropofagia, aquele que estava na parede; Vicente do Rego Monteiro; Ismael Neri; Adalgisa Neri; Di Cavalcanti, vários Volpi. Portinari; Di Cavalcanti; Pancetti. Eu escolhi a Ligia Clark para fechar a série. Há um conjunto ainda de produção reconhecida, do imaginário popular. Há um conjunto de obras do período anterior, de obras importantes, inclusive, do período colonial brasileiro, parte de coleção de papel, bastante significativo. E, ainda, obras de papel de Picasso, Georges Braque. Ou seja, uma coleção importantíssima e fantástica para a história da arte no Brasil. Em dois mil e quatro, é assinado um comodato com a secretaria de Cultura do Estado de São Paulo, até dois mil e vinte, A coleção, hoje, é visitável e circula, com várias mostras. Ainda em dois mil e cinco, faleceu a esposa Paulina. Então, a guarda hoje encontra-se com a Pinacoteca, e a Estação Pinacoteca tem, constantemente, montado essas mostras”, concluiu e passou a palavra para o relator do processo, Conselheiro **Marcelo Mattos Araujo**. “PROCESSO DE TOMBAMENTO NO. 1642-T-11 “ACERVO DA FUNDAÇÃO JOSÉ E PAULINA NEMIROVSKY, SÃO PAULO”. Exma. Sra. Presidente do IPHAN. Prezadas Conselheiras e caros Conselheiros. Foi com imensa satisfação que recebi, na qualidade de membro deste Conselho enquanto Presidente do Instituto Brasileiro de Museus – IBRAM/MinC, a incumbência de relatar este processo, que trata do pedido de tombamento do acervo da Fundação José e Paulina Nemirovsky, de São Paulo; pedido este que foi apresentado ao IPHAN por mim mesmo, enquanto Diretor da Pinacoteca do Estado de São Paulo, no já longínquo ano de 2011. O acervo em questão é composto por obras de arte e peças de mobiliário reunidos ao longo das décadas de 1960 a 1980 pelo casal José Nemirovsky (Buenos Aires 1914 – São Paulo, 1987), médico de

formação, empresário e artista plástico amador, e Paulina Pistrak Nemirovsky (Rio de Janeiro, 1924 – São Paulo, 2005). Estas obras se encontravam na residência construída pelo casal na Rua Guadalupe, no Jardim América, em São Paulo, destacado projeto de autoria do arquiteto Jorge Zalszupin, do início dos anos 1970 e que foi – infelizmente – demolida rapidamente após a morte dos colecionadores, para dar espaço a mais uma construção de orientação dita pós-moderna, que atualmente assola nossas cidades. A parcela mais representativa dessas obras foi doada pelo casal de colecionadores à Fundação que leva seus nomes, instituída em 1987. Hoje, integram ainda este acervo obras que pertenciam ao casal e foram doadas à Fundação por sua filha e herdeira, bem como obras doadas por artistas e apoiadores da Fundação, todas em momento posterior ao falecimento dos instituidores. A Coleção formada pelo casal Nemirovsky constitui uma síntese da melhor arte moderna brasileira, com peças referenciais de Tarsila do Amaral, Brecheret, Di Cavalcanti, Segall, Rego Monteiro, Ismael Nery e Goeldi das décadas de 1920 e 1930; trabalhos de Portinari, Pancetti, Cícero Dias, Bonadei, Volpi, Dacosta, Bruno Giorgi, Guignard e Bandeira dos anos 1940 e 1950, concluindo com exemplos das vanguardas dos anos 1960 e 1970 como Mira Schendel, Arthur Luiz Piza, Sergio Camargo, Lygia Clark, Oiticica, Gerchman, Antonio Dias, Wesley Duke Lee, Antonio Henrique Amaral, Tomie Ohtake, Manabu Mabe e Franz Krajcberg, dentre outros. Conta também com peças que remetem ao imaginário popular como pinturas de José Antonio da Silva e Raimundo de Oliveira, carranca de Mestre Guarany e escultura de Agnaldo Manoel dos Santos. Abriga peças de mobiliário e arte religiosa latino-americana e ibérica, bem como importantes desenhos e gravuras de mestres estrangeiros como Picasso, Chagal, Braque, Léger, Diego Rivera e outros. A solicitação de tombamento foi apresentada com uma listagem das obras que compõem o acervo, breve histórico e descritivo; *folder* com histórico da Fundação e um exemplar do livro “Coleção Nemirovsky”, editado em 2004 pela historiadora de arte e então diretora da Fundação, Maria Alice Milliet. Remetido pela Superintendência do IPHAN de São Paulo para o Gabinete da Presidência em Brasília, o processo recebeu uma primeira análise consignada na Nota Técnica no. 07/2011 da Coordenação Geral de Bens Móveis e Integrados – CGBM (fls.65 a 78), que apresenta um breve histórico da atuação do IPHAN na proteção de obras de arte moderna brasileira, destacando a importância do pioneiro tombamento do acervo do Museu de Arte de São Paulo Assis Chateaubriand – MASP em 1969 e posteriormente o do acervo do Museu de Arte Contemporânea da Universidade de São Paulo – MAC USP em 1980. Registra referida Nota Técnica que o acervo da Fundação Nemirovsky havia sido objeto de análise por parte de um Grupo de Trabalho designado pelo Diretor do DEPAM para propor o tombamento de obras de arte moderna brasileira. Este Grupo de

Trabalho, no Parecer nº 06 Proteção/DEPAM/IPHAN de 2010, propôs o tombamento de 52 obras de arte, dentre as quais uma pertencente ao acervo da Fundação Nemirovsky (a pintura *Antropofagia*, de Tarsila do Amaral); e sugeriu estudo futuro por parte do IPHAN visando sua proteção integral, juntamente com a Coleção Gilberto Chateaubriand, do Rio de Janeiro, destacando que: “...*José e Paulina Nemirovsky, ao compor sua notável coleção, não queriam estruturar uma leitura da história da arte moderna brasileira. Entretanto, pode-se afirmar que, a partir das obras que compõem a coleção, é possível reconstituir um momento alto do colecionismo brasileiro, atento para o valor da renovação do pensamento estético e sensível à afirmação da inteligência nacional*”. Concluindo a Nota, a técnica em história da arte Juliana de Souza Silva considerou “que o pedido de tombamento tem fundamento para prosseguir a etapa de estudos técnicos”. Encaminhado ao Departamento de Patrimônio Material e Fiscalização – DEPAM no Rio de Janeiro, o processo recebeu nova análise, por meio do Parecer de fls. 79 a 89, assinado pelos historiadores de arte Marcus Tadeu Daniel Ribeiro e Tamara Quírico. Os dois técnicos, após ressaltarem a importância e necessidade do desenvolvimento de estudos sobre coleções artísticas particulares, onde se encontraria “a maior parte da História da Arte brasileira, tanto aquela do início da colonização, como também aquela posterior ao século XIX” (fls. 79), apresentam um histórico da formação e composição da Coleção Nemirovsky, destacando que ela “abre espaço para as relações da arte moderna brasileira não somente com o passado colonial de nosso país, como também com os grandes mestres europeus das primeiras décadas do século XX e com a arte popular, de maneira a criar múltiplas leituras” (fls. 80/81). Concluem recomendando o tombamento da Coleção, em função de sua “excepcional qualidade” que lhe confere a dimensão de “um abrangente panorama das artes plásticas brasileiras modernas, mas que também abre espaço para significativas obras europeias e coloniais, assim como para objetos de cunho mais popular” (fls. 82/83). Este Parecer recebeu aprovação e concordância por parte da então Coordenadora do DEPAM-RJ, Jurema Arnaut, que indicou a inscrição do Acervo da Fundação no Livro do Tombo das Belas Artes (fls. 93/94). Encerrada a fase processual de análise técnica, foi aberto o Processo de Tombamento, em 12 de dezembro de 2011 (fls. 92); publicada a notificação de tombamento provisório no DOU de 17 de fevereiro de 2012 (fls. 111) e em diário de grande circulação no município de São Paulo em duas vezes distintas (fls. 123 a 126); e expedidas as notificações ao proprietário (Fundação José e Paulina Nemirovsky) e autoridades envolvidas (fls. 112 a 117), sem que tenha havido apresentação de qualquer impugnação. A Procuradoria Geral Federal junto ao IPHAN também se manifestou pelo Parecer de fls. 99 a 109, registrando a regularidade do processo e a constatação das condições necessárias para

ser submetido à apreciação deste Conselho. Em função do lapso temporal decorrido entre as últimas manifestações no âmbito do Processo, ocorridas em 2012, e o presente momento, houve por bem o DEPAM determinar elaboração de nova Informação Técnica para atualização das informações. Datada de agosto do presente ano, e de autoria da museóloga Patrícia Dias Ferrone, a cuidadosa e muito bem elaborada Informação Técnica no. 458/17 – IPHAN/SP, de fls. 130 a 133, foi produzida a partir de visita à Pinacoteca do Estado de São Paulo – instituição responsável pela guarda do acervo da Fundação José e Paulina Nemirovsky – durante a qual se constatou a excelência das condições de salvaguarda e comunicação das obras. Cabe registrar que esta visita fez parte do cumprimento do Plano Anual de Fiscalização de Bens Tombados pelo IPHAN/SP, a evidenciar saudável e meritória iniciativa do Órgão. Da leitura de referida Informação Técnica, depreende-se que as obras do acervo da Fundação foram cedidas em comodato à Pinacoteca do Estado de São Paulo, em 2004, sendo que o atual instrumento de cessão tem vigência até 31 de dezembro de 2020. Como resultado da vistoria, a museóloga apresenta detalhada análise da quantidade de obras que compõem o acervo da Fundação – e que nos servirá para posterior discussão neste Parecer – e registra que todas elas “apresentam assegurada sua integridade” (fls. 133) e têm sido objeto de extensivas ações de comunicação, por meio de mostras de média e longa duração na própria instituição, e também por meio de empréstimo de obras para participação em mostras temporárias em todo o Brasil e no exterior. Lembro, a esse respeito, o exemplo das pinturas de Tarsila do Amaral que participarão da exposição retrospectiva da artista que será apresentada no *The Art Institute* de Chicago, ainda este ano, e que seguirá no próximo ano para o *Museum of Modern Art* de Nova York. Constata-se ainda da leitura da mesma Informação Técnica, que o pedido de tombamento apresentado ao CONDEPHAAT encontra-se paralisado desde a decisão do Conselho daquele Órgão, favorável à abertura de estudo de tombamento em abril de 2011 (fls. 132, v.); informação esta que foi por mim mesmo confirmada há cerca de quinze dias atrás. A título de colaboração para o aprimoramento de referida Informação Técnica, registro como única ressalva a necessidade de correção da afirmação à fls. 130 de que a Fundação Nemirovsky seria uma “empresa jurídica de direito privado”, quando sua personalidade é de uma pessoa jurídica de direito privado. Em 21 de agosto passado o Processo é encaminhado pelo DEPAM à Secretaria deste Conselho, com observações a respeito do número de obras e recomendação de alteração do nome do bem para “Coleção Nemirovsky”, dentre outras; e em 23 daquele mês, sou designado relator do Processo. A primeira questão que gostaria de abordar é relativa à importância e qualidade das obras que integram o acervo da Fundação Nemirovsky. Muitas delas são criações referenciais do processo artístico de seus autores,

nomes consagrados da arte moderna brasileira. A lista total abrangeria a maior parte das obras, mas para citar apenas alguns exemplos, lembro *Carnaval em Madureira*, de 1924, *Distância*, de 1928 e sobretudo *Antropofagia*, de 1929, três pinturas emblemáticas de Tarsila do Amaral; o *Beijo* (1920), escultura do melhor momento *deco* de Brecheret; as *Mulheres na Janela* (1926), o *Bordel* (1940) e *Mulher do Panamá* (1940) que são igualmente pinturas centrais na obra de Di Cavalcanti; a magnífica paisagem de *Ouro Preto* (1960) de Guignard; o comovente auto retrato de Ismael Nery *Adalgisa e o artista* (1927), uma de suas mais conhecidas pinturas; o conjunto de cinco pinturas de Pancetti com refinados exemplares de seus retratos e paisagens; as magníficas pinturas *Família* (1935) de Portinari e *Figura sentada* (1924), de Vicente do Rego Monteiro, ambas representativas de momentos chaves do percurso dos artistas; as quatro pinturas de Lasar Segall que ilustram distintos períodos de sua produção, concluindo com as nove pinturas de Alfredo Volpi, amigo pessoal e artista predileto de José Nemirovsky, que formam um dos mais destacado conjunto de obras do artista em acervos públicos. A importância dessas obras, individualmente tomadas, restou amplamente confirmada ao longo do Processo pelas inúmeras referências bibliográficas de renomados historiadores de arte, bem como pelo registro da participação dessas obras em incontáveis exposições e publicações sobre arte moderna brasileira, a indicá-las como elementos centrais e constitutivos da visualidade artística e, portanto, cultural e social, do Brasil da primeira metade do século XX. Resta, assim, a meu ver, no presente caso, devidamente comprovado o valor de excepcionalidade artística indicado no artigo 1º. do Decreto Lei 25 de 1937 como condição necessária para o reconhecimento de bens artísticos como patrimônio cultural brasileiro. No entanto, para além da importância singular de cada uma das obras em questão, temos ainda a necessidade de atentarmos para a diversidade dos cenários de suas criações e notadamente para as articulações conceituais que derivam da reunião dessas obras em um todo maior; ou seja, entende-las enquanto uma coleção. O colecionismo – prática fundante da ação museológica – acompanha a história da humanidade desde seus primórdios, e tem sido objeto, principalmente nas últimas décadas, de análises sob a mais distintas perspectivas, da filosofia à psicanálise, passando pela sociologia e pela semiótica. Hoje, entendemos a coleção pessoal – distinta daquela institucional – como o resultado de um processo criativo que busca reunir objetos selecionados segundo critérios próprios, que passam a fazer parte de um conjunto maior dotado de significados atribuídos, individuais mais também históricos/culturais, derivados de suas inter-relações e somatória. É, portanto, um fenômeno que expressa e constitui valores sociais, numa complexa relação entre o público e o privado. No caso de coleções formadas no âmbito privado e que, por desejo de

seus criadores, se transformam em públicas, por meio de processos de institucionalização – como no caso da Coleção Nemirovsky – é habitual apontar-se a intenção do colecionador de construção de uma determinada maneira de visualizar o mundo e a si próprio, ou pelo menos de busca de uma imagem pretendida, como força motriz desse processo. E qual seria a imagem, ou ao menos a visão que o casal Nemirovsky tinha intenção de apresentar com sua coleção? As distintas análises incluídas no Processo, notadamente as reflexões de Maria Alice Milliet, primeira diretora da Fundação, são indicativas: “...uma sensibilidade afinada com os propósitos inovadores do movimento modernista, pautado tanto pela atualização da linguagem plástica quanto pela busca de um caráter próprio, que se queria nacional. Pode-se dizer que o núcleo principal da Coleção sintetiza, por sua excelência, o duplo vetor que impulsionou a produção artística os anos 20 aos anos 40 no Brasil: por um lado, a sintonia com a arte moderna europeia, e por outro lado, a absorção de um forte substrato cultural de cunho brasileiro.” Maria Alice Milliet, in *Coleção Nemirovsky*, São Paulo, MAM, 2003, p. 32. Vemos assim, na prática colecionista do casal Nemirovsky, a intenção de uma construção polifônica, a partir do eixo principal da arte moderna brasileira em articulação com a produção de origem popular (cabe aqui destacar a inestimável importância do conjunto de dez pinturas de José Antonio da Silva), com a produção religiosa, colonial brasileira e latino-americana, e com a produção das vanguardas europeias do início do século XX, numa busca de um vasto panorama cultural que refletisse a visão de um Brasil moderno e plural. Necessário também apontar que este perfil de colecionismo se afirma entre nós, justamente a partir dos anos 1950 e 60, ponto de partida de uma prática que incluía uma forte atuação dos colecionadores no cenário cultural, a exemplo dos Nemirovsky, que tiveram destacada presença em inúmeros eventos e instituições. Constitui-se, portanto, a Coleção Nemirovsky uma referência histórica de modelo de colecionismo privado brasileiro, portanto em construção social que merece, em sua organicidade, ser objeto de reflexão e preservação, tanto quanto as obras que a compõem. Isto posto, com base nos argumentos acima apresentados, e seguindo os pareceres e manifestações técnicas que integram os autos desse Processo, registro minha posição favorável ao presente pedido de tombamento do que entendo ser um excepcional conjunto de obras de arte que constituem um imaginário visual do Brasil moderno; e sua consequente inscrição no Livro de Tombo das Belas Artes, nos termos do artigo 4º. 3 do Decreto Lei 25/1937. A partir desse posicionamento, apresento ao egrégio Conselho duas alternativas de decisão em relação ao universo a ser acautelado, tanto conceitual quando quantitativo. Se a decisão for no sentido de se proteger o ACERVO DA FUNDAÇÃO JOSÉ E PAULINA NEMIROVSKY, o universo de bens a ser tombado é de 269 obras, conforme a última

relação de obras encaminhada pela Pinacoteca do Estado de São Paulo em 2017, seguindo a atenta indicação da Informação Técnica à fls. 132. Cumpre registrar que desse universo quantitativo constam obras que pertenceram ao casal Nemirovsky, e também obras que foram adquiridas pela Fundação posteriormente e que não integravam a coleção original. Se por outro lado, a decisão for no sentido de se proteger a COLEÇÃO NEMIROVSKY – a qual me inclino pelas razões aqui apresentadas – o universo de bens a ser protegido será de 211 obras (obras registradas até o número 211 na listagem encaminhada pela Pinacoteca do Estado de São Paulo). Estarão incluídas nesse universo todas as obras pertencentes ao acervo da Fundação que integravam a Coleção Nemirovsky original, tanto aquelas doadas pelo casal, quando aquelas doadas pela filha e herdeira, ficando excluídas, portanto, as obras adquiridas posteriormente pela Fundação. No caso da primeira hipótese, novas eventuais incorporações de obras ao acervo da Fundação deverão ser informadas ao IPHAN para processo de rerratificação do tombamento. No caso da segunda hipótese, novas eventuais incorporações de obras ao acervo da Fundação não necessitarão ser informadas ao IPHAN, salvo no caso eventual de obras que tenham pertencido à Coleção original. Para concluir, registro ainda como diretriz para as ações de fiscalização de bens tombados a ser desenvolvida pelo IPHAN em relação a este conjunto, a necessidade de se atentar para a garantia da manutenção da integralidade da Coleção (ou Acervo) e sua apresentação pública, nos termos da intenção dos instituidores, que no artigo 3º. dos Estatutos Sociais previram a “...preservação de um patrimônio artístico....aberto ao público”; bem como à visão ampla de preservação com acesso público que orienta a decisão do tombamento. Este é o parecer que submeto ao Pleno deste egrégio Conselho. Brasília, 27 de setembro de 2017. Marcelo Mattos Araujo. Presidente do Instituto Brasileiro de Museus – IBRAM. 87ª Reunião”. Terminada a leitura alguns Conselheiros pediram esclarecimentos sobre a questão da propriedade e se o tombamento incidiria interferiria nessa propriedade; se haveria conflito na decisão de proteger a coleção Nemirovsky enquanto universo distinto do estava colocado no processo de tombamento, que era o acervo da Fundação; o destino do acervo ao terminar o período de comodato celebrado com a Pinacoteca; esse havia precedente a este tipo de tombamento. **Andrey Schlee**, em seguida, passou a responder às questões suscitadas. Informou que não haveria problema em aprovar somente a coleção e não todo acervo. Adotada pelo Conselho esta posição, esclareceu, ato contínuo à decisão a notificação anterior seria republicada no Diário Oficial com o nome Coleção Nemirovsky. O Relator **Marcelo Mattos Araujo** reforçou o entendimento explicando que o acervo da Fundação Nemirovsky, hoje em dia, engloba o conjunto de obras que compunham a coleção Nemirovsky original, mas há outras obras que foram,

posteriormente, adquiridas. Assim, o Conselho poderia tomba a coleção Nemirovsky, que integra o acervo da Fundação, mas não a sua totalidade. Ressaltou que a propriedade dos bens é da Fundação José e Paulina Nemirovsky e, não obstante estar cedido em comodato à Pinacoteca, com toda a responsabilidade pela gestão e termos de definição até dois mil e vinte, comodato este que pode ser prorrogado, decisão que ocorrerá entre a Pinacoteca e a Fundação Jose e Paulina Nemirovsky em dois mil e vinte, isto não implica em qualquer alteração na propriedade do bem, além do que nesse reconhecimento e na proteção que esse tombamento se garantirá a integralidade da coleção e a sua apresentação pública que era a intenção do casal instituidor. **Andrey Schlee** complementou fazendo uma analogia deste tombamento da coleção com o tombamento de um bem imóvel. Assim como neste tombamento, naquele, também, não incide qualquer alteração na propriedade dos bens que estão sendo tombados. Segundo ele e o relator, há precedentes neste tipo de tombamento tanto em instituições públicas como privadas. Citaram o MASP, uma instituição privada, com caso semelhante à Fundação José e Paulina Nemirovsky. Em ambas o acervo é propriedade delas. Questionados sobre se outras obras que não fazem parte da coleção mereceriam, também, tombamento, esclareceram que a fundação adotou um critério de incorporar obras que tenham uma relação com as obras da coleção original, mas que pelas próprias dificuldades, hoje em dia, do mercado de arte, são obras com menos importância e menos qualidade, mas que é um processo distinto do processo de colecionismo do casal, que tem essa série de características que foram apontadas. Após essas observações passou-se ao processo de votação, e os Conselheiros votaram por **unanimidade o tombamento da “Coleção Nemirovsky” nos termos do parecer do relator, com inscrição no Livro do Tombo de Belas Artes do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. Após a deliberação, os trabalhos da parte da manhã foram encerrados e os Conselheiros convocados para a continuidade da reunião na parte da tarde. **TARDE – ÀS 14H30**, A presidente **Kátia Bogéa** reabriu a reunião com discussão e deliberação do **ponto 5** da pauta, **Proposta de Registro: Feira Central de Campina Grande/PB** (Processo 01450.012500/2007-33), Relator: Conselheiro Ulpiano Bezerra Toledo de Meneses. Primeiramente, convidou para ocupar um lugar na mesa diretora da reunião, o senador Cassio Cunha Lima, por favor. Registrou a presença do Presidente da Câmara Municipal de Campina Grande, Ivonete Ludgerio, os vereadores Janduir Leite, Joselito Germano Ribeiro, Rui, da CEASA, Olimpo Oliveira e Luciano Breno; o Prefeito, Romero Rodrigues e os detentores Agnaldo Batista, gerente da Feira Central, Renata Sales, comerciante, feirante, Cicero Pereira, presidente da Associação dos Feirantes, Carla Gisele Moraes, Superintendente Substituta do IPHAN no

Estado da Paraíba, Giovana Aquino, coordenadora do INRC – Inventário Nacional de Referências Culturais, Maria do Socorro Duarte e Márcia Menezes, da equipe do Inventário Nacional de Referências Culturais, Cassandra Figueiredo, do Instituto do Patrimônio Histórico da Paraíba – IFAEP, Valmir Pereira, da SEDUC. Em seguida, a Presidente passou a palavra a **Hermano Queiros Guanaes**, Diretor do Departamento de Patrimônio Imaterial, mas antes que ele falasse fez a seguinte observação: “em nome do Hermano, eu queria cumprimentar todos os técnicos do Departamento do Patrimônio Imaterial, DPI, e também parabenizar pelo belíssimo trabalho que vocês fizeram. É um trabalho realizado por várias mãos, com apoio, tanto do governo da Paraíba, da Prefeitura de Campina Grande, da Superintendência do IPHAN, na Paraíba, e do Departamento do Patrimônio Imaterial”. A seguir o Diretor assim se manifestou: “Boa tarde a todos. Senhora presidente, excelentíssimo senhor Senador da República, nobres Conselheiros, detentores, demais autoridades presentes, municipais e estaduais. De fato, é um momento de grande emoção para nós, hoje, apresentarmos e submetermos ao Conselho Consultivo a análise do processo de Registro da Feira de Campina Grande como Patrimônio Cultural do Brasil. Foram muitos anos de muito estudo, de muita pesquisa. Isso, inclusive, acho até que dá um sabor diferenciado a esse momento, que consagraremos hoje. Esse processo traz especialidades e peculiaridades interessantes, porque, de forma muito singular, demonstra como, de fato, a parceria entre a União, o Município de Campina Grande e o Estado da Paraíba foram determinantes para o sucesso e a qualidade do processo. e demonstra, de fato, como o poder público unido pode promover e proteger o patrimônio cultural de uma forma muito mais eficaz, do que uma salvaguarda e um processo conduzido apenas pelo ente federal. Com protagonismo dos municípios, sobretudo, isso acontece de forma muito mais plena. Durante o processo de registro, a participação do IPHAN com a comunidade, de braços dados, permitiu que aquele espaço que veremos hoje, não se transformasse em mais um lugar com intervenções sempre de cima para baixo, sem participação da comunidade, sem a percepção de como a comunidade vê, interpreta e quer continuar vivendo naquele lugar. Eu acho que foi uma experiência muito gratificante”, destacou o Diretor do Departamento do Patrimônio Imaterial. Em seguida a Presidente **Kátia Bogéa** passou a palavra ao relator do processo, **Ulpiano Toledo Bezerra de Menezes**, para que apresentasse seu parecer, registrado na íntegra nesta ata: “ Processo nº 01450.012500/2007-33. Assunto: Solicitação de Registro das Manifestações artístico-culturais da Feira de Campina Grande PB como Patrimônio Imaterial do Brasil. Introdução. A abertura do presente processo se deu a 17 de setembro de 2007 sendo proponente a Prefeitura Municipal de Campina Grande, posteriormente acrescida da Secretaria de Cultura e apoiada por mais de

2000 manifestações de feirantes membros da associação que os congrega. O Parecer competente e sintético da Coordenadora de Registro do DPI, Dra. Marina Lacerda (fls 687 a 693), além de fornecer quadro sucinto de informações básicas sobre a Feira, relações com a cidade e razões para aceitar a solicitação de registro, dá conta da tramitação do processo, que teve um momento de interrupção pela interveniência de um projeto de “requalificação” da Feira, que desfigurava muitos de seus atributos essenciais e desrespeitava os interesses legítimos dos feirantes e de frequentadores habituais. A crise provocou a interrupção dos contatos e a organização de uma "oficina de projeto participativo" com o tema “Qual sua ideia para a Feira de Campina Grande? ”, coordenada pelo Arquiteto Marcus Vinicius Dantas de Queiroz. Em 2013 foi então possível reativar o prosseguimento da instrução, mantendo sempre entendimento com a comunidade local. Outra informação digna de menção foi a decisão da Câmara do Patrimônio Imaterial, em 2008, de adequadamente alterar a formulação original do objeto do registro – “Manifestações artístico-culturais” -- incorporando à Feira como um todo complexo tais “manifestações”, assim integradas num lugar, espaço de convergência. Foram anexados ao processo documentos audiovisuais (cds, dvds, fotografias), listagem de publicações, comprovação de anuência dos interessados e resguardo de direitos autorais, Dossiê de Registro, em suma, tudo aquilo que era necessário para o conhecimento e para a comprovação de execução dos atos normativos: um referencial amplamente suficiente também para uma avaliação do pedido de registro no seu mérito. A listagem da documentação apresentada encontra-se a fl. 687 do Parecer da Coordenadora de Registro. Anote-se, enfim, o Parecer da Procuradoria Federal junto ao Iphan, considerando presentes as condições de admissibilidade formal do registro (fls. 697 a 704). Peça fundamental na instrução do processo é o citado Dossiê de Registro da Feira de Campina Grande, calcado no INRC da Feira de Campina Grande e na pesquisa de campo, bibliográfica e arquivística coordenada pela historiadora. Dra. Giovanna de Aquino Fonseca Araújo e um grupo numeroso de pesquisadores e estagiários universitários. Também foram incorporadas contribuições trazidas pela Oficina de Projeto Participativo. O satisfatório texto resultante dá conta do bom trabalho histórico e etnográfico realizado com experiência e confiabilidade pela historiadora, que há tempos fez de Campina Grande e sua Feira Central o eixo de seu interesse acadêmico e atuação apaixonada no domínio do patrimônio cultural. Completa a instrução processual a visita que tive a oportunidade de fazer a Campina Grande por três dias (15 a 17 de setembro corrente), um dos quais de visita à Feira, em companhia da Dra. Marina Lacerda, pelo Iphan, da Dra. Giovanna Araújo, pela Coordenação do Dossiê e da Arquiteta Carla Moraes, Superintendente Regional do Iphan na Paraíba. Se não foi uma visita pautada por temas e

dúvidas da minha agenda de relator – pois fui acolhido pela Secretária Municipal de Cultura (representando o Prefeito), Vereadores, componentes da força-tarefa da pesquisa, apoiadores da solicitação de registro e até mesmo por equipe da TV local – nem por isso a visita guiada, com script carregado e variado, impediu outros contatos interessantes e observações que, mesmo sem rigor metodológico e validade estatística, fundamentaram vários insights e caminhos de interpretação. No tempo restante em Campina Grande, tive a oportunidade de visitar o centro histórico (tombado pelo Estado em 2010, englobando parcialmente a Feira no polígono de proteção) e pude me entreter (de novo sem rigor metodológico ou pretensões de maior alcance) com vários moradores ou prestadores de serviço, que abriram pista para algum acesso ao que subjaz implícito na Feira, sob a camada explícita visível e descritível do dito e do feito. Como já disse, a boa qualidade do Dossiê de Registro e do Parecer da Coordenação de Registro fornece um repertório de dados e análises que encaminham motivos pelos quais sugerem o acolhimento do registro solicitado. Entretanto, ao invés de reapresentar tais informações e simplesmente reforçar as análises, somando-as aos dados que eu mesmo obtivera, decidi neles buscar uma estrutura que permitisse integrar e possivelmente explicar algo da diversidade de facetas e seus efeitos multiformes que sempre são notados quando se trata da Feira de Campina Grande. Em resumo, minha percepção, posteriormente confirmada, era que as forças que mantiveram a Feira viva e operante, embora cada vez mais diversas das que moldaram a sociedade de que ela fazia e ainda faz parte, deveriam dispor de uma lógica maior, estruturante, que não se dispersasse, como parecia, em lógicas segmentadas.

QUADRO DE SITUAÇÃO. Campina Grande surgiu de um aldeamento indígena induzido por um capitão-mor dono de gado, em 1697. Sua situação no Agreste paraibano, na parte oriental do Planalto da Borborema, caminho de passagem entre o litoral e o sertão, favoreceu a frequente presença de tropeiros, boiadeiros e viajantes de todas as origens, heranças culturais e motivações, que faziam parada na então Vila Nova da Rainha, criada em 1790, e já exercendo nítida vocação para intercâmbio e negócios. Costuma-se dizer, com razão, que as origens da Feira estão nas origens do próprio assentamento -- que se consolidará como cidade em 1864. O cultivo e exportação do algodão e consequente chegada do trem de ferro deram relevo internacional a Campina Grande, que se desenvolverá a olhos vistos, no que a feira a acompanhará. A primeira metade do século passado, principalmente as décadas de 1930 e 1940, será uma época de fausto para a Feira, mas também de crises associadas a projetos discutíveis de modernização urbana, inspirados num falso descompasso desabonador entre tradição e progresso. Hoje, num centro urbano de peso comercial, industrial, educacional, político, com população ultrapassando 400.000 almas, a Feira, embora mais reduzida em

negócios, já garantiu há tempos estatuto oficioso de bem cultural, de interesse geral. ABORDAGEM: “FEIRA TRADICIONAL”. O pedido de registro diz respeito ao que se convencionou especificar como feiras e mercados “tradicionais”, tema em alta nos estudos acadêmicos em todo mundo, com vastíssima bibliografia disponível, inclusive relativa ao Brasil, especialmente ao Nordeste. Uma referência digna de menção são os trabalhos reunidos por Sergio Ferretti, Reeducando o olhar. Estudos sobre feiras e mercados. São Luís: Edições UFMA-PROIN-CS, 2000 e que, além de estudos de caso, inclui dois textos capitais: o do pioneiro Luiz Mott, com pistas para a pesquisa de campo de feiras e mercados, e o de Mundicarmo Ferretti sobre estudos e problemas das feiras nordestinas, traçando amplo painel historiográfico. O adjetivo tradicional aqui indica não só longa duração e continuidades (mesmo que sujeitas a inevitáveis transformações), mas também diferenças e conflitos em relação à dinâmica acelerada, altamente intermediada e radical das sociedades complexas envolventes. Meu compromisso aqui, porém, não me obriga a analisar as relações entre a Feira e sua inserção no ambiente socioeconômico em si. Esta questão é importante, principalmente para as salvaguardas, mas os estudos feitos para a instrução do processo já apresentam uma moldura suficiente e me deixam livre para avaliar a qualificação da Feira como um fenômeno cultural com suficiente personalidade própria. Descartei, assim, discutir questões como a natureza do que costumamos chamar de cultura popular, folclore, formações arcaicas ou arcaizantes, sobrevivências culturais, anacronismos e semelhantes. Onde a personalidade própria? Uma longa reflexão sobre o material da instrução do processo à minha disposição levou-me, para simplificar, a escolher como fundamento dessa tipologia de feiras e mercados tradicionais a noção de comunidade, pois elas se estruturam, organizam, funcionam e se transformam segundo padrões comunitários. Comunidade, numa conceituação sociológica elementar, pressupõe a existência do maior número de pessoas envolvidas numa relação cotidiana categorizada (um pouco limitadamente) como face-a-face. O caráter não (ou pouco) intermediado das relações – todos os tipos de relações – e a cotidianidade me pareceram guiar o caminho a ser seguido. Mas qual a personalidade dessa Feira específica, entre um sem-número mundo afora, algumas originárias da Idade Média europeia, ou as várias centenas operantes e estudadas em nosso país, introduzidas desde os inícios da colonização, e, em especial aquelas que têm despertado a atenção dos ativistas culturais, como as feiras nordestinas, tal a de Caruaru, já registrada como patrimônio imaterial, ou as muitas outras que estão na fila dos pedidos de registro? Mais uma vez, para os fins específicos deste relatório, não julguei indispensável (ou viável) um estudo comparativo. Preferi levar em conta, mais que singularidades, a intensidade e consistência com que a Feira

de Campina Grande tem funcionado dentro de padrões comunitários aptos a qualificá-la culturalmente, isto é, de fazer que tudo aquilo que uma feira faz seja feito com uma espécie de fermento que também faz crescer sentidos, significados e valores capazes de favorecer inteligibilidades, horizontes de reorganização simbólica dos diversos modos de ser humano, combustível para ações de todo tipo, inclusive na resistência a ameaças. Para a busca de articulações considere estratégico partir da aceitação da Feira de Campina Grande como um fato econômico. Mas fato econômico tal como ele opera nas sociedades comunitárias ou nos enclaves comunitários dentro de sociedades complexas. Na comitiva de interessados no registro, que me guiou na visita à Feira, foi nítido o interesse em saber se eu privilegiaria no relatório o econômico ou o social (ou o cultural), na Feira, como se um devesse, por natureza, excluir o outro. Cultura não nega o econômico, nem vice-versa (nega, sim, os padrões e motivações do mercado econômico). A cultura, no universo dos sentidos e valores, é uma dimensão de qualificação (diferencial) de qualquer domínio do social (como também do biológico e do psíquico). No caso, vale a pena falar de economia embutida (embedded, como dizem os economistas substantivistas), isto é, não se trata de um domínio autônomo (como nas sociedades modernas), pois a autonomia se desfaz numa poderosa solidariedade: todos os domínios estão imbricados e se interpenetram: economia, religião (aliás, notei a falta de informação mais consistente que esperava sobre a presença deste domínio), família, política, ideologia e assim por diante. Basta um exemplo para se dar conta da importância e extensão desta interpenetração do e no fato econômico. Assim, a família modula toda a ocupação espacial e operação da feira, desde a segmentação dos setores de vendas, até a garantia da sua própria continuidade -- pois é o berçário de novos feirantes ou artesãos, enculturados na suas práticas e saberes -- ou seu papel de vetor de comunicação e produtor e caixa de ressonância de eventos, movimentos, notícias, boatos, juízos... Dispensar-me de fornecer mais dados desses imbricamentos, pois os mais significativos aparecerão com maior clareza a seguir dentro dos diversos tópicos selecionados.

COMPONENTES DO BEM EM EXAME.

Para avaliar a teia de imbricações que a Feira provoca, como fato econômico embutido, próprio de uma formação social de baixa intermediação, procurei identificar componentes desse aglomerado. Além de listá-los, será necessário buscar também as articulações, pois simples justaposições pouco explicam. Os componentes de articulações que pude perceber são os seguintes: “Tudo o que a Feira tem”. A visão dominante sobre a Feira, acima de qualquer outra, não só da parte dos feirantes, mas de entrevistados, pesquisadores, redes sociais, imprensa, etc. é que a Feira poderia ser resumida numa frase: “onde de tudo se tem”. A existência de pelo menos 14 setores diversos para separar as especialidades dos produtos

contribui para a impressão de escala. O Dossiê de Registro traz vários testemunhos, também presentes na documentação audiovisual. Num dos vídeos o tema ocupa quase toda duração da peça e se apresenta numa exibição de diversos produtos, em imagens rapidíssimas, quase se superpondo, destinadas a fornecer uma sensação de acúmulo e quantidade – como se a velocidade também fosse um atributo da Feira. No cativante Forró do Major Palito (uma das atrações da visita guiada), outro não era o tema, o que também ocorre na trilha sonora de mais um dos vídeos. Não foi exceção a inclusão também em vídeo do mais festejado cordelista, Manoel Martins (recém-falecido), recitando seus belos versos, que amostram a infinita diversidade dos produtos com que a Feira favorece qualquer escala de necessidade ou desejo. Paradoxalmente, o que está verbalmente em causa nesse “tudo” são coisas. E isto poderia ser um problema para os critérios do patrimônio imaterial, que privilegia processos (pessoas em ação, dinâmicas sociais) e não produtos (as coisas). Mas, como não existem pessoas sem coisas, também não existem coisas sem pessoas; basta, portanto, eliminarmos nossa tendência de pensar com polaridades (como essa radical entre pessoas e coisas, que herdamos do Direito Romano) e aceitar o conceito hoje dominante no florescente campo de estudos da cultura material: o de “emaranhado” ou “teia” rizomórfica (entanglement, meshwork), isto é entrelaçamento, enredamento, armadilha viscosa que impede a fuga da coisa e da pessoa, obrigadas a interagir permanentemente, a produzir-se (no sentido social) mutuamente, em várias dimensões e combinações. Objetos não seriam o polo passivo, diante de sujeitos ativos, mas ambos se configuram na interação. Se separarmos pessoa e coisa, estaremos separando do mundo real o patrimônio cultural, seja ele material ou imaterial. Laurajane Smith (Uses of heritage. London: Routledge, 2006: p.44-45), na esteira do geógrafo David C. Harvey, preocupada com o caráter de ação humana e agentividade das coisas no patrimônio cultural, diz que a palavra patrimônio deveria ser usada como verbo, não substantivo. Como verbo, sim, mas transitivo direto, aquele que demanda um objeto para completar seu sentido. Na feira, entre muitos exemplos, são fabricadas coisas, como cestas feitas com pneus descartados, segundo ações, métodos e propósitos próprios, que inscrevem o processo na própria materialidade do produto, onde quase sempre eles podem ser lidos ou inferidos, parcial ou integralmente. Além disso, na própria feira eles podem ser reinseridos num novo contexto de uso, nova produção. Assim temos uma sequência de processos e produtos que não se excluem uns aos outros. Para dizer de outra forma: a distinção de processo e produto é de escala situacional e nunca de natureza excludente. O paradoxo da totalidade das coisas também se desfaz quando levamos em conta não só o dito, mas também o feito. O que o dito “tudo” significa, ao examinarmos como ele se expressa nas práticas, é

mais uma noção de completude, isto é, aquele horizonte atingível de vida, e não tanto um infundável rol de compras a fazer (ou possíveis de fazer). Aceno aqui à noção de completude com que Walter Benjamin, nas *Passagens*, trata de coleções e colecionadores, na busca de uma possível ou ilusória totalidade, com força para transcender o mero existir empírico, o mero valor de uso das coisas, para integrar num sistema novo (a coleção), com sua aspiração enciclopédica, cada item individual. Essa totalidade, na Feira Central, equivale a um quadro global de vida, o quadro de referência das ações necessárias – não só para a atividade comercial -- mas ainda aquele das relações de mutualidade fecundante, do imaginário, das expectativas de mobilidade social, aquisição (e perda) de status, realização pessoal, familiar, material, política, gratificação e prazer e assim por diante, e também, finalmente, de limites. Há uma imagem que me parece sintetizar a totalidade do “tudo” como metáfora de um quadro de vida. É a da Feira como casa. Paradoxalmente, não como símbolo, mas realidade vivida. Inúmeras evidências nas pesquisas apontam para casos de feirantes que saem de suas casas de madrugada, lá pelas 2 horas e só retornam após 8, 10 e, mesmo mais horas (salvo domingo). No depoimento de Seu André da Silva Oliveira, vendedor de hortifrutigranjeiros consta o reconhecimento explícito deste deslocamento de sede: “A Feira é minha casa”, diz ele, sem rodeios. Com efeito, ele habita a Feira, ele mora nela. Pois morar ou habitar encerra três funções básicas: a permanência (a demora), a relação intensa (habeo, em latim quer dizer “ter”, “dispor de”; acrescenta-se o sufixo “it”, que indica reiteração, intensidade) e, finalmente, a multiplicidade de funções num eixo de relações e contatos entre o público e o privado. A única função doméstica que parece exclusiva da casa privada é o repouso noturno (quanto ao refúgio da intimidade, faltam informações). Um velho ditado português (recolhido em 1721), diz que “em sua casa cada qual é rei” -- parece-me que para muitos dos envolvidos na produção da Feira de Campina Grande, ela é que é a arena desses jogos de poder familiar, de status profissional, de mobilidade social, de prestações exigíveis, em suma, das interações privilegiadas etc. A Feira é, sim, casa, a casa. **Alimento / alimentação.** Desse “tudo que a feira tem”, as “coisas” mais relevantes integram o universo da alimentação, lugar de oferta de alimentos a preparar ou in natura, processados (inclusive industrialmente) ou prontos para consumo nos restaurantes e bares internos e nas margens próximas. Há motivos para tal relevância, sem contar que a Feira de Campina Grande surgiu, como foi dito, do oferecimento de alimentação como parte da pousada e condições de trocas e continuidade de ofício a tropeiros e viajantes que cruzavam a Borborema. A alimentação é condição insubstituível da subsistência – e quando abre outros campos de atuação há sempre efeitos de eficácia redobrada. Por sua presença capilar em tantos quadrantes da vida a alimentação é um dos

mais importantes vetores de conhecimento de uma sociedade ou grupo social, permitindo observar relações entre público e privado, padrões de sociabilidade, solidariedade, competição, critérios de julgamento (moral, estético, nutricional, de gosto), vetores de inclusão, exclusão e classificações étnicas e sociais, etiquetas, administração do tempo e do espaço e muito mais ainda. Por essa onipresença a alimentação tem sido correntemente utilizada como um dos emblemas de culturas, tal qual um resumo enciclopédico. Daí a constituição, já há tempos, de um ramo de atuação nas agências de preservação, de um patrimônio chamado de gastronômico. “Identidades comestíveis” é o sugestivo título de uma importante coletânea recente de reflexões sobre este patrimônio cultural (Ronda Brulotte & Michael Di Giovine, orgs. *Edible identities. Food as cultural heritage*. London: Routledge, 2016). Comer patrimônio cultural, sem dúvida, pode ser uma forma intensa e multifacetada de fruição, pois implica em participação, experiência – mas ainda é incompleta. Ocorre, assim, que dessa riqueza toda da alimentação, é o alimento em si que se sobressai, a coisa apenas, somente parte do “tudo”. A propósito, é minha obrigação salientar que a Câmara do Patrimônio Imaterial do Iphan tem trabalhado na direção certa, com categorias como sistemas agroalimentares, sistemas culinários, ofícios e modos tradicionais de produção do alimento, com todas as suas implicações, práticas e representações. O consumidor da feira, se habitante clientelizado, pode participar de uma porção dessa rede de liames e significações. O essencial, porém, permanece subjacente e invisível ou, na melhor das hipóteses, disperso. Um Museu da Feira poderia tornar perceptível um pouco desse mundo de conteúdos escondidos, mas atuantes em múltiplas redes entrelaçadas. Noto de passagem que, enquanto a alimentação for reduzida ao alimento, nas atribuições de valor cultural, a “coisa” que se consome, vai estar associada ao carimbo de “típico”, enganoso porque faz crer numa falsa integridade e impossível imutabilidade que não existe no mundo real. Pode-se dizer que o típico é a redução à coisa sem pessoas. Muitos estudos de artesanato, por exemplo, revelam como é frequente que artesãos atendam à demanda de tipicidade imposta pelo mercado do turismo cultural, mas, para seu próprio uso, submetem-se às transformações e adaptações inevitáveis. (Seria interessante, a propósito, pesquisar a alimentação privada dos feirantes, para saber se na sua casa-refúgio eles não estariam se cevando de fast food). A expressão “comida regional”, que vi felizmente ser mais utilizada em Campina Grande do que “comida típica” atenua um pouco os efeitos do típico, por lembrar que o espaço de raiz é que é relevante para unificar a rede de relações. O restaurante Bodódromo, a que fui apresentado (externo à feira) e em que se exploram até os saltos do bode, não deixa de privilegiar a coisa, a comida feita, mas se apresenta como casa de comida regional, mantendo vínculos com o território,



tenuamente perceptíveis -- embora perceptíveis por quem tiver a sensibilidade requerida --, mas pode funcionar como semente de promessas futuras. Julgo impossível, ou improvável, um restaurante desses fora de seus espaços de raiz. **Espaço.** Somente o espaço, pois, é capaz de integrar a multiplicidade de facetas que a Feira comporta (daí o acerto de considerá-la forçosamente um “lugar”). Ao longo de sua história a Feira mudou de assentamento e contou com várias configurações espaciais de historicidade diversa (bem descritas no Dossiê.). Na configuração atual já completou 70 anos e se apropriou do espaço público, ocupando o leito de três ruas paralelas, mais uma em diagonal, unidas por três ruas ou ruelas transversais. Trata-se de uma ampla extensão ao ar livre, com alguns trechos protegidos por cobertura um tanto precária e tendo, ainda, no centro da mancha, um grande galpão com teto metálico, alegadamente por exigência, justamente, de alguns outros dispositivos (ladrilhos, pisos, acesso à eletricidade) na preservação das carnes. O fato de artérias públicas serem assim imobilizadas quase permanentemente (exceção básica aos domingos, quando, aliás, funciona uma feira alternativa, a Feira da Prata, no modelo de mercado público) constitui sem dúvida um problema a ser discutido nas salvaguardas. Duas propriedades me pareceram dignas de menção nesse arranjo, pois, a meu ver, são produzidas ou facilitadas por certos comportamentos e práticas, ao mesmo tempo que intervêm na indução destes mesmos comportamentos e práticas. Trata-se da extensibilidade e da nucleação. A extensibilidade caracteriza este espaço sem barreiras fixas, portanto passível de extensão (e, eventualmente, também, de retrações, como observei nas franjas, p.ex., na Rua Boa, do meretrício). A extensibilidade pressupõe espaço dotado de força centrípeta, gravitacional, que convida à ocupação. Não obstante, tem que haver limites, sim, como no “tudo” que a Feira de Campina Grande tem (para retomar o mote). Numa sociedade ou grupo de tipo comunitário, as relações face-a-face se diluiriam se o espaço fosse indefinidamente ampliado ou ampliável. A segunda propriedade do espaço confirma esta relação: trata-se do caráter nucleado, compacto, característico daquilo que os especialistas chamam de horror ao vácuo: com efeito, como pode manter-se o padrão face-a-face e favorecer o “estar juntos” num espaço descontínuo, capaz de esgarçar as relações? **Espaço público: espaço de corpos** Falar de espaço público é falar de espaço de corpos, já que, como notam as geógrafas Ana Fani A. Carlos e Amália I.G. Lemos (Dilemas urbanos. Novas abordagens sobre a cidade. São Paulo: Contexto, 2003), não se pode esquecer a função de mediação social do corpo no espaço. Refiro-me ao “estar juntos”, à convivialidade a que a relação face-a-face convida. Convivialidade é um neologismo derivado do inglês, em circulação em francês no s. XIX pelo escritor e gourmet Brillat-Savarin, o que já nos remete ao vocábulo latino de que deriva, convivium, que significa banquete,

festividade, celebração, boa companhia: já se vê que estamos no clima da Feira. Quem deu à convivialidade presença nas ciências sociais foi o filósofo e pedagogo franco-croata Ivan Illich, autor de uma crítica radical, embora por vezes utópica, à sociedade industrial, à ordem capitalista. Diz ele: “A convivialidade é o inverso da produtividade industrial, que produz servidão. É pela convivialidade que utensílios conviviais (meios técnicos, instituições) comprometidos com as necessidades e interesses humanos tornam possível a humanização das sociedades” (Tools for conviviality. N.Y.: Harper & Row, 1975). Parece que ele estava falando de nossa Feira. A relevância da corporalidade para apreensão da Feira tem a ver com a multiplicidade e intensidade dos estímulos sensoriais. É corrente celebrar os cheiros, as cores, as texturas, os sabores que ela exhibe. Além da sensação prazerosa que suscita fruição, ao mesmo tempo que pode induzir ao consumo, é preciso ir além do pitoresco e procurar explorar seu potencial diagnóstico para entender legítimos padrões de comportamento comunitário. E, por decorrência, impedir, na discussão das salvaguardas, que medidas absolutamente necessárias de segurança e saneamento se transformem em camisas de força simplesmente modernizantes, moralizantes ou higienistas. O grande papel da percepção sensorial está relacionado diretamente com o desejo de transparência, de contatos diretos, sem mediações que possam gerar incerteza e desconforto. Quando Manuel Batata informa, num folheto com sua biografia de feirante por mais de meio século, que, para fixar o preço de uma vaca, era indispensável avaliar seu pelo, portanto visualmente ou pelo tato, seu negócio apela diretamente aos sentidos, sem intermediações. É de mesma origem a insistência dos feirantes em poder comercializar animais vivos (aves e animais de pequeno porte, mas também eventualmente montarias), apesar de restrições das autoridades públicas – com as quais ainda não se chegou a um acordo satisfatório; problema diverso do de animais silvestres vendidos à revelia do IBAMA). A sempre lembrada Revolta do Quebra-quilos (1874), quando feirantes, para protestar contra a introdução forçada de novos padrões métricos de pesos e medidas, puseram-se a destruir balanças, pode ser lida como uma reação dos hábitos sensoriais de medir com referências que os sentidos poderiam controlar, sem intermediações abstratas: palmos, polegadas, assim como cestos, sacos, bacias, pencas, cachos. O sensorium completo (os cinco sentidos em interação) é mobilizado para avaliação da qualidade pelas propriedades organolépticas dos alimentos, isto é, aquelas propriedades sensíveis que indicam condição de consumo. Na Feira, lugar do fazer e do saber-fazer, impera um “turbilhão de técnicas tradicionais” (Dossiê, p.65): nessa diversidade, o que há de comum, o que explica as escolhas? É o conhecimento empírico direto, obrigatoriamente sensorial, derivado da própria coisa, dispensando mediações de bula ou informações de embalagem.

No universo do artesanato, no vídeo já referido da reciclagem de pneus em sacolas de feira, tal conhecimento permite a exploração do artefato até o esgotamento total de seu valor de uso, seguido da ressurreição garantida pelo corpo do artesão arqueando-se e se movendo quase que por um rápido automatismo que orienta os pés como apoio e as mãos como agentes, sem um deslize sequer, contando com auxílio externo apenas de um martelo, pregos e uma lâmina, para recortar as bordas do pneu extinto, deixando duas alças, e vedar o orifício central – sem esquecer os círculos perfeitamente concêntricos da decoração com as cabeças do mesmo prego que assegura o implante. O conhecimento de todas as propriedades empíricas dos materiais e o alcance e limites da corporalidade são uma das matrizes da multiplicidade. Os especialistas criaram o termo “paisagem sonora” (soundscape) para designar um repositório condensado de significados sociais dos sons. Assim, por exemplo, o levantamento de hábitos de ouvir, em situações cotidianas, espaços abertos e de trabalho como na Feira, tem identificado “surdez social”, na presença de hipersensibilidade e rejeição a ruídos como marca de autoritarismo e de forte classificação social – o padrão de nossa Feira, coerentemente, revela grande teor de tolerância em meio ao burburinho. Caso contrário, o “estar juntos” face-a-face seria inviável ou irrelevante. No “estar juntos” da Feira, o tato desempenha papel crucial, pois sendo vetor do contato corporal, regula as distâncias que a proxemística (a disciplina que estuda a dimensão espacial dos comportamentos culturais) define como íntima, pessoal ou social, categorizadas por critérios de admissibilidade, negação obrigação ou indiferença: é o corpo como transmissor de mensagens sobre si mesmo. Sons das palavras, visão do gestual, contatos, controle pelo paladar, visão e olfato são os ingredientes que caracterizam o processo de negociação nas trocas que fazem a vida da Feira no dia a dia. Estes exemplos avulsos pretendem apenas chamar a atenção para necessidade de levantamentos sistemáticos dos padrões socioculturais da percepção sensorial e seus efeitos. ANEXOS: ESPETÁCULO OU CELEBRAÇÃO? Anexo? Manifestações culturais que ornamentam a Feira, realçando seu tom cultural? Não, não é preciso dourar a pílula para que seu princípio ativo faça efeito. Pelo que pude ver, de uma brevíssima visita (apresentações de capoeira infantil, de violeiros repentistas e emboladores de coco, de forrozeiros, de teatro mambembe), não se trata de recurso publicitário, embora não deixem de provocar atração. Mas são parte do “estar juntos”: eles atraem tanto quanto são atraídos. Trata-se, sim, de espetáculos, mas no limiar das celebrações, que exigem interlocução ativa, da qual percebi vários sinais (participação nas cantorias, expressões e gestos de empatia). Tais manifestações têm, sim, um componente de espetáculo, mas mesmo assim, por dispensarem, por exemplo, espaços funcionalmente adaptados, podem qualificar quaisquer espaços de

atividades cotidianas da feira, em proximidade corporal que induz a várias modalidades de participação. Ao final de uma das “manifestações culturais”, um bêbado que perambulava pela Feira e se sentou ao meu lado, abriu um sorriso e disse na voz pastosa dos bêbados, pela qual muitas vezes se desvelam verdades profundas: “Isso é que é cultura! ”. Não ousou imaginar o que ele pensasse ser cultura nem o que fosse “isso” e muito menos se ele considerava a feira patrimônio cultural imaterial. Tenho certeza, porém, de que sua fala expressava uma sensação de prazer e orgulho: afinal, ele estava tendo acesso pessoal e direto a um bem, isto é, algo bom – ainda que tome de empréstimo aos especialistas, para reforço de reconhecimento, termo que Manuela Carneiro da Cunha transcreve entre aspas – “cultura”, para distinguir da cultura vivida no seu próprio fluxo. Meu interlocutor já estava contaminado pela metalinguagem. VOTO. Justificativas do pedido de registro. As normas vigentes impõem requisitos formais que, como já se informou, foram examinados pela Procuradoria Federal junto ao IPHAN e considerados cumpridos. Aqui, para julgamento de mérito, retomo as duas principais exigências do ponto de vista apenas de seu papel cultural: memória e identidade. Embora tenha contado com pouquíssima informação que poderia fornecer pistas a respeito do peso da memória, o exame de declarações avulsas lidas ou ouvidas, deixou-me a impressão (e falo só de impressão), nos seus conteúdos mnemônicos, de certo domínio da objetividade sobre a subjetividade na memória narrativa (a chamada “memória sobre”, não a “experencial”, a “memória de”), mesmo quando se falava de mudanças negativas vividas, ou substanciais alterações de ramo de atividades. Na biografia já citada que me caiu às mãos (Manuel Batata), há um impressionante repertório de nomes, setores, produtos, preços detalhadíssimos – e nenhuma visão de mundo ou rastro de valores e subjetividade, etc. A emoção, cuja presença, todavia, não se pode negar, parece merecedora de discrição. Mas há exceções significativas, a principal delas referente à longevidade do trabalho na Feira, tanto por contar nos processos internos de mobilidade social e prestígio, quanto por seu potencial precioso como argumento para resistir a pressões indevidas e alimentar a luta política em geral. Surpreendentemente, outra exceção, é a presença de conteúdos afetivos da memória narrativa de homens de meia idade, que pude perceber em recordações dos bons tempos do Cassino Eldorado, belo edifício art déco, hoje em ruína quase irrecuperável e emblema do lazer elegante, lícito e ilícito, que mantinha relações espaciais e afetivas com o mundo da Feira. No entanto, a memória pragmática, a memória que conduz à ação, essa tem aqui peso extraordinário, pois ela é que caracteriza a dimensão ritual dos gestos e das palavras, do saber fazer e da continuidade mesma da própria feira, como vetor de transmissão geracional. Nesse sentido, a memória corporal é o eixo que

faz a Feira funcionar e continuar funcionando. Por isso, não sei se vale a pena caracterizar a Feira Central de Campina Grande como um “lugar de memória” (ao menos se nos ativermos ao que pensa o criador da expressão, hoje tão banalizada, o historiador francês Pierre Nora. Acredito melhor tomá-la como um precioso exemplo de “meio de memória”. Meio de memória, “milieu de mémoire” em francês, é um jogo de palavras com “lieu de mémoire” (lugar de memória) de que se vale Nora para distinguir precisamente uma memória comunitária, memória em ação, viva, ritualizada, a memória que celebra o vivido, mas cujo desaparecimento vem sendo compensado por uma memória vicária, substitutiva, fora dos sujeitos, externalizada e concentrada em espaços, coisas, pessoas, práticas simbólicas. Há ainda um outro aspecto, que reputo do maior interesse, fruto da memória comunitária. A manutenção do padrão face-a-face, com a redução ao mínimo possível das mediações, ao favorecer o contato direto com o mundo das coisas e das pessoas elimina a alienação da mercadoria – que é uma perda da memória de sua produção. Richard Terdiman, que tem estudado a crise da memória na modernidade, diz que, “para entender o que produzimos, temos que ser capazes de lembrá-lo. Porque as mercadorias suprimem a memória de seu próprio processo, elas subvertem ou violam esta premissa fundamental da economia mnemônica” (Present past. Modernity and the memory crisis. Ithaca: Cornell University Press, 1993: p.12). Em outras palavras, aquela alienação da mercadoria, já diagnosticada por Marx, que mascara o trabalho e condições de produção, impedindo a justa fixação do valor de troca, é uma forma de amnésia. Na Feira de Campina Grande, a memória garante transparência – inclusive para identificar o que já se contaminou como só mercadoria. Quanto à identidade, estão presentes na documentação disponível indícios de um forte sentimento de pertença, partilhado tanto por feirantes, quanto por fregueses e por apoiadores do registro, autoridades públicas, pesquisadoras, entidades culturais, pesquisadores. A declaração de amor a seu ofício na Feira é corriqueira. Todavia, tomei como ilustração exemplar da força identitária a composição de Gordurinha, interpretada em cd por Ary Lobo: “Vendedor de caranguejo”, o feirante anônimo que, depois de décadas de trabalho que renderam a criação dos filhos e lhe permitiriam, agora, descansar, continua “fedendo a caranguejo”, mesmo sem precisar. Seguramente não se trata de inércia, mas da necessidade de continuar uma forma de viver que não era apenas um ganha-pão, mas um modo de integrar-se à grande constelação da Feira, fonte de algum sentido na vida rica de significados de algo maior de que ele participa. A Feira é, sim oportunidade de autoestima também para o cidadão de Campina Grande, disputando com “o maior São João do mundo” o lugar de referência emblemática da cidade (a Feira tem bem mais elementos para primazia, estou certo, mas não vejo propósito na

competição). “A feira precisa ser lembrada nacionalmente”. Esta fala do Administrador da Feira mostra que a identidade como fator de autoestima e a reivindicação de reconhecimento externo é o principal propósito, e propósito legítimo, do pedido de registro, muito certamente como reforço para garantir a continuidade da Feira e cacifá-la nas negociações de salvaguarda. Acrescento uma justificativa a mais do enorme interesse que a Feira desperta em quem procura conhecê-la. Eu a considero uma daquelas realidades que Lévi-Strauss, eliminando qualquer utilitarismo, considerava importante como “boa para pensar”. Creio firmemente que ela seja uma boa oportunidade para repensar polaridades daninhas que perturbam o campo do patrimônio cultural, como material/imaterial, pessoas/coisas, processos/ produtos, distância entre cultura vivida e patrimônio instituído, patrimônio vivo / patrimônio morto. Esta última polaridade me parece perversa, pois se o patrimônio construído for um patrimônio morto, as agências de preservação há muito tempo têm praticado a necrofilia – e isso não é bom. Nem verdadeiro, porque as raízes do valor cultural são comuns e qualificam uma mesma vida. Enfim é preciso dizer alguma coisa sobre a modalidade da fruição a que a feira se presta. O paradigma usual de fruição do patrimônio cultural é o da observação e contemplação. Já o que a feira oferece de melhor é um tipo de relações entre as pessoas e entre as pessoas e as coisas na escala de um modo de vida – e que pode ser experimentado. Não quer dizer que se deva ou mesmo possa aderir a esse modo de vida, tão diferente do que ocorre em nossas sociedades intermediadas, ainda que isso fosse factível na integridade de um padrão comunitário. O que se deve, porém, assinalar é esse potencial de fruição por experiência disponível na feira. Modos de vida, afinal, não são passíveis de circulação como coisas ou prática isoladas, mas podem ser “convividos”. (Aliás, se fosse necessário um slogan para a Feira, talvez pudesse ser: “Aqui, a melhor oferta é estar juntos”). Além disso, o paradigma experiencial não elimina a observação, que pode enriquecer-se como observação participante. **Salvaguardas.** Não há dúvida de que o foco central das preocupações relativas às salvaguardas são as “constantes ações políticas locais que objetivam, com pouca ou nenhuma participação de seus fazedores (feirantes e fregueses) a sua ‘revitalização’ ou a sua remoção do local atual para outro espaço da cidade” (Parecer da Coordenação de Registro, fls. 692). O projeto de revitalização urbana que foi constatado durante estudos da poligonal do tombamento estadual do centro histórico de Campina Grande em 2010 – e felizmente rejeitado -- me pareceu ter muitos traços de uma ingênua ideologia do novo como valor em si, paradoxalmente privilegiando a mesmice da homogeneização da vida urbana segundo modelos mais adaptados à busca de aparência que de qualidade de vida. A Oficina Participava que permitiu em 2013 a retomada da instrução do registro trouxe, felizmente, a comunidade

local para dentro da arena das discussões. Seria ocioso insistir na necessidade de obrigatoriamente incluir os interesses, os critérios e a presença de quem faz a feira em todos os debates, projetos e intervenções pertinentes a seu futuro. Um julgamento criterioso facilmente captaria o quanto a Feira foi capaz de injetar benefícios à cidade de Campina Grande, ao invés de supostamente opor-se a seu futuro. Uma amostra pode ser encontrada na identificação das qualidades estéticas trazidas à paisagem urbana de Campina Grande pelos atributos morfológicos da Feira, apontados pelo Dossiê de Registro (p.81-2). O partido que escolhi para minha análise da Feira se destinava a contribuir para entender, mais que perceber, a diferença entre modos de vida em fricção a partir da visão da Feira e suas qualidades capazes de revitalizar muito da vida em Campina Grande, independentemente de graves problemas, principalmente de higiene e segurança, que precisam ser enquadrados sob ótica que exclua a recusa da diferença apenas por ser diferente. Não se negam tais graves problemas, mas para solucioná-los não se pode jogar fora o bebê com a água do banho. Reproduzo aqui, resumidamente, as principais propostas elencadas no Dossiê de Registro e que incluem os principais problemas e recomendam cautela no seu encaminhamento (fls. 94 a 96): a) organização da coleta do lixo e ações de engenharia sanitária, b) requalificação dos banheiros públicos existentes e instalação de novos, c) pontos policiais no recinto da Feira, d) solução do problema da compra e venda de animais vivos, e) intervenções espaciais que evidenciem e incentivem as práticas da culinária local, f) o mesmo com relação às atividades artísticas e culturais praticadas na Feira, g) medidas relativas ao estado precário do Cassino Eldorado (inclui proposta de um Museu do Bordel; pessoalmente acredito impróprio autonomizar o tema, ao invés de tratá-lo mais decorosamente integrado ao “tudo” da Feira, num Museu da Feira), recuperação do edifício Pau do Meio (também há proposta de um Museu do Cordel) e do Mercado Público, h) aproveitamento museográfico da contribuição do inventário das referências culturais / INRC e do Dossiê de Registro, i) ações de educação patrimonial. CONCLUSÃO. Por último, uma palavra sobre a questão da escala de valor em que se situaria a Feira, em relação ao âmbito nacional. Bastaria indicar a repercussão que a Feira exerce no fluxo turístico do Nordeste e mesmo do restante do país, o tratamento lhe é concedido pelos meios de comunicação, sua presença em obras de arte (cinema, música, literatura, iconografia), a abundância e qualidade das publicações e pesquisas acadêmicas que ela motivou, para reconhecer seu alcance nacional. Apesar dessas garantias, considero haver ainda justificção maior: o enorme potencial dialógico da feira, sua capacidade de provocar interlocução, de promover não apenas uma justaposição de diversidades (como é de regra no entendimento corrente do que seja um multiculturalismo apenas tolerante ou

anestésico) mas ainda a oportunidade de transformação mútua. Não é possível que um contato menos superficial com uma realidade tão rica de facetas e densa de significados para as interações humanas não deixe rastros mútuos. Apelo a uma declaração de Fernand Braudel (Journées F. Braudel / Châteauvallon, outubro 1985, Une leçon d'histoire de F. Braudel. Paris: Arthaud, 1986: op.203), o grande historiador francês do século passado, que viveu vários anos no Brasil, participando do parto da Universidade de São Paulo: “Tornei-me inteligente no Brasil. O que tive diante dos olhos era um tal espetáculo de história e de gentileza social que compreendi a vida de outra maneira”. Diante de todo o exposto, acredito que não são necessárias outras considerações para propor a aceitação do pedido de registro da Feira Central de Campina Grande, PB como patrimônio cultural do Brasil e sua inscrição no Livro de Lugares. Assim, podemos todos fazer da diferença um espelho capaz de projetar luz inteligente sobre nossas próprias formas de existir e de agir, como aconteceu com Lévi-Strauss.

ULPIANO T. BEZERRA DE MENESES. Conselheiro. Brasília, 27 de setembro de 2017. 87ª Reunião”. P Presidente **Kátia Bogéa** agradeceu ao Conselheiro pela apresentação do parecer e abriu a palavra para manifestação dos Conselheiros, sendo a Conselheira **Márcia Genésia de Sant’Anna**, a primeira a falar, fazendo a seguinte intervenção: “É desnecessário dizer, Ulpiano, que aqui você nos ofereceu mais do que um conjunto de argumentos para que concordemos com o reconhecimento da Feira de Campina Grande, como Patrimônio Cultural do Brasil. Está nos oferecendo, também, uma verdadeira metodologia de análise do fenômeno feira tradicional. Tenho certeza que o meu olhar sobre lugares dessa natureza vai estar completamente balizado por essa análise nos oferecida agora. Ulpiano percebeu, com muita clareza, que a Feira de Campina Grande é a ponta de um *iceberg*, e isso me fez pensar também, que num parecer como esse, um processo de registro quando chegar aqui no Conselho, depois de todo um trabalho de inventário, de todo um investimento de produção de conhecimento, é também um iceberg que vemos aqui, só a ponta. Eu queria aproveitar o seu mote, para me referir a essa parte oculta, que está aí embaixo desse iceberg, que acabamos analisando aqui no Conselho, que é, justamente, feita por aquelas pessoas, aqueles técnicos que se dedicam a levantar essas informações, a fazer essas análises, a construir esse conhecimento tão complexo, que permite a todos nós podermos ver a feira de uma maneira tão completa e tão fundamental como você nos apresentou. Eu vou aproveitar que temos aqui, presentes, várias autoridades, inclusive, um senador da República, também paraibano, para lembrar alguns números que a nossa presidente Kátia Bogea nos brindou aqui, na sessão da manhã, e que mostra a necessidade de o IPHAN, essa instituição tão importante, tão fundamental do Brasil e que esse ano completa oitenta anos, receber o apoio de todos nós da

sociedade e do legislativo no seu fortalecimento. O IPHAN conta hoje com apenas seiscentos e oitenta servidores efetivos para todo o Brasil. Quatrocentos e setenta desses servidores estão em processo de aposentadoria eminente, o que reduziria essa instituição a menos da metade do seu efetivo atual. A presidente do IPHAN nos alertou, hoje de manhã, para uma pequena janela que temos até o dia vinte de outubro para, no exame do orçamento do próximo ano, conseguirmos, pelo menos, preencher essas vagas dos servidores que morreram, que se aposentaram, reduzindo o número de servidores a algo impossível de manejar e de fazer cumprir a missão fundamental dessa instituição, que é a preservação do patrimônio cultural brasileiro. Queria pedir que essas autoridades se juntem a nós, como se estivéssemos na feira de Campina Grande, atuando, de mãos dadas, em prol do patrimônio, ajudando a nossa presidente que tem atuado de uma maneira tão brilhante e intransigentemente em defesa desta instituição, a conseguir abrir essa janela e manter essa instituição fora da extinção. Muito obrigada”. A Presidente pediu licença aos Conselheiros para colocar em votação o parecer, para aproveitar a presença do Senador Cassio Cunha Lima que precisava comparecer a uma votação no Congresso Nacional. Realizada a votação, o Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural aprovou por **unanimidade o Registro da Feira de Campina Grande como Patrimônio Cultural Brasileiro, com inscrição no Livro de Registro dos Lugares, nos termos do parecer do relator.** A Palavra foi dada, a seguir ao Senador para sua despedida: “Uma palavra muito breve, tomada por uma genuína emoção, de quem fala com filho da terra. Nasci em Campina Grande, tive a honra de ser prefeito da cidade, por três mandatos, assim como o deputado Veneziano foi, por duas vezes. O prefeito Romero Rodrigues aqui, na celebração, que nos emociona muito. Uma palavra de agradecimento, sobretudo, pela qualidade do relatório do professor Piano. Senti a feira com a sua diversidade, com a sua intensidade, com a sua força cultural, a alma de uma cidade pulsa naquele espaço, que tem, em todos nós, que somos de Campina Grande, que conhecemos a nossa terra, uma relação atávica com aquele espaço e, portanto, o IPHAN, hoje, tenha certeza, conselheira Marcia Sant’Anna, ganha vários aliados. Tenha certeza que, o senso de oportunidade que a senhora teve, não de oportunismo, mas de oportunidade, aquilo que não era nosso conhecimento pleno, da dificuldade do IPHAN, não ficará no esquecimento. Katia Bogéa terá no meu gabinete, tenho certeza, por extensão, no gabinete do deputado Damiao, do deputado Veneziano, de outros deputados da Paraíba, o espaço aberto, para que possamos unir forças e contribuir para a sobrevivência desse instituto de patrimônio, que é a essência da história do Brasil. Então, contem conosco, de forma sincera. Não creio que eu serei o único a falar, mas em nome do prefeito de Campina Grande, que aqui está, da Presidente da Câmara, com

vários vereadores, fica a expressão do nosso mais escolhido e sincero agradecimento. Campina Grande, comovida, agradece. Agradece por esse reconhecimento que lutamos há tanto tempo para que ele acontecesse. Reconhecimento que já existia nas nossas almas, nos nossos corações. Faltava, talvez, entrar no Livro dos Lugares para que pudesse ter esse espaço cativado na cultura material, cultural, imaterial também, porque não, do povo brasileiro. Então, parabéns a todos, de forma indistinta, as equipes que trabalharam, da prefeitura, do governo do estado, do governo federal, as organizações não governamentais, todos vocês. Obrigado. ” Em seguida usou da palavra o **Deputado Veneziano Vital do Rêgo** que fez o seguinte comentário: “para nós, campinenses, este é um momento, particularmente, muito forte. E, não é, senão por esta importância, que estamos todos aqui, em caravana política, pois representamos Campina Grande a despeito de diferenças partidárias. Por isso mesmo, eu quero saudar a presença, e não poderia ser diferente, do prefeito Romero Rodrigues, da presidente do poder legislativo municipal, Ivonete Ludgerio, de um bom número de representantes da casa legislativa campinense. Quero saudar aqui ao corpo técnico, e eu queria, sem ser indelicado, mencionar uma figura muito querida ao meu coração, que é a professora Giovana, que acompanhou o professor Ulpiano. Porque convivi com a professora Giovana, na Secretaria de Educação, à época em que tive a honra de ser gestor de Campina Grande, quando o processo formalmente foi iniciado para que tivéssemos o deslinde, nessa tarde tão gratificante para todos nós. É muito saboroso chegar a esse instante. Observar exemplos de Agnaldo, companheiro feirante. Do vereador Olímpio Oliveira, cujo pai ainda trabalha, comercializa na feira central. É uma riqueza que nós vivenciamos, e não há, em sua consciência, um único campinense, que não tenha sido um frequentador assíduo como consumidor. E não há, provavelmente, um único paraibano, que também não tenha tido essa oportunidade de conhecer, de vivenciar a feira central. Essa peça aqui, é uma peça diferenciada e, de certo vai ser carregada por cada um de nós. E devemos lê-la outras tantas vezes, até para que a absorção seja na sua plenitude. Mas, o detalhamento de quem teve apenas três ou quatro dias de visitação presencial, como foi o professor Ulpiano, teve uma capacidade de demonstrar, em riqueza de detalhes, aquilo que significa, se não na sua plenitude, na sua completude, mas o que significa a feira central de nossa cidade. MUITÍSSIMO obrigado. E viva a nossa feira central, hoje, patrimônio cultural imaterial do nosso país”. Em seguida falou o **Deputado Damião Feliciano**: “Meus cumprimentos a todos. Eu posso dizer, com muita propriedade, que eu fui criado, grande parte da minha infância, na feira central, da cidade de Campina Grande. Eu tenho um amor, e uma paixão por essa cidade. E todas as coisas que o professor Ulpiano falou está bem característica. Tudo que ele estava falando era

como se eu estivesse vivenciando aquilo que eu passava, diariamente, que é uma coisa fantástica. E a união do povo ao redor. Porque, Campina Grande não vive só dela, não é só a cidade de Campina Grande, porque, como disse o intelectual Ulpiano, ao invés de dizer quatrocentas pessoas, ele disse “quatrocentas almas”, que vivem lá na cidade. Campina tem um raio de quase um milhão de pessoas, por isso que ela se torna forte, exatamente essa feira. Para vocês terem ideia da pujança política de Campina Grande, a minha cidade, dos três senadores que tem a Paraíba, dois são de Campina Grande. Dos doze deputados federais, seis são de Campina Grande. Campina Grande tem a vice-governadora da Paraíba que, por coincidência, é minha esposa. Tinha agora, recentemente, o presidente da Assembleia Legislativa. Enfim, Campina tem a sua força política, e tem a sua força das pessoas, da sua gente. Eu só quero agradecer porque, realmente, o professor Ulpiano fez justiça à feira da nossa cidade. Agradecer a todos os Conselheiros e Conselheiras, porque vocês fizeram uma coisa que tínhamos, há muito tempo, desejado. Vocês fizeram justiça àquele povo. Vocês vão ficar lembrados, nós vamos fazer um quadro para cada um de vocês, presidenta. Aqui, o IPHAN vai ser, agora, uma parte integrante da história da feira de Campina Grande. Muito obrigado. De coração nós agradecemos”. A Presidente passou a palavra ao Conselheiro **Marcos Castrioto de Azambuja**, que assim se expressou: “Eu queria dizer, primeiro, que o Ulpiano fez um trabalho que honra este Conselho e o IPHAN, que vive bons momentos, e este é um deles, em que ele presta um serviço ao país inteiro, através de uma cidade decisivamente importante, no Estado e no Nordeste. O que eu queria dizer, é que a feira é tão importante no Brasil, que o tempo nosso é medido em feiras. Nós estamos, hoje, numa quarta-feira. Portanto, a feira é, para nós, uma medida do tempo. Segundo, a feira das vaidades sempre foi a grande metáfora das disputas. Há um poema do Carlos Drummond de Andrade que termina dizendo, em certo momento: ‘viver com, viver sem, como viver sem conviver na feira dos convites’. Então, a ideia sempre da feira, como metáfora do convívio, do viver com. Aqui, são muitos os relatórios de qualidade, mas o de hoje, teve uma excelência extraordinária, porque se juntaram autor e assunto. Ele tem a qualidade que é dele, e um assunto que o inspirou, porque é uma feira extraordinária, uma síntese de brasilidade. Eu queria dizer essas coisas, porque acho que o IPHAN presta um serviço tão valioso ao Brasil, tão real, e que esses momentos refletem isso, ou seja, a capacidade que tem este colegiado de expressar o sentimento coletivo. Houve uma festa paraibana, há uma festa de Campina Grande, mas há uma festa brasileira completa. O Conselho e o IPHAN prestam um serviço dos mais baratos ao Brasil, pedindo pouco, cobrando pouco. É extraordinário. O que eu quero dizer é que a relação custo/ benefício do IPHAN para o Brasil, é das mais valiosas. O IPHAN

é uma das agências exemplares da virtude do Brasil. Isto é uma agencia virtuosa, ela tem uma capacidade de servir de uma maneira desinteressada ao país. Foi para dizer essas coisas, ao Ulpiano, primeiro, aos paraibanos presentes, aos deputados que estão aqui, ao senador, que já não está, a todos, nesta tarde, como tantas outras do IPHAN, de bom serviço ao Brasil, que pedi a palavra. Hoje, o Brasil foi servido. Muito obrigado”. Dando sequência às intervenções dos convidados, falou o Prefeito de Campina Grande, **Romero Rodrigues**. Depois de saudar a Presidente do IPHAN, os técnicos da instituição e as autoridades e políticos presentes, disse as seguintes palavras: “estava todo mundo aqui, um pouco preocupados com o resultado, em função da grandeza e da importância, para nós, de Campina Grande, exatamente de ter esse espaço reconhecido como patrimônio cultural imaterial do Brasil. Lembro que, quando assumimos a prefeitura, em dois mil e treze, nós decidimos e, para isso, usamos o secretário de planejamento da época, professor Marcio Carnieri, que é um professor da Universidade Federal de Campina Grande, sociólogo, e passou a ser secretário de planejamento, que ajudou, junto conosco, a criar esse debate junto aos feirantes, discutindo com a sociedade civil organizada em Campina, e apresentou essa nova proposta de requalificação da Feira Central de Campina Grande. Agora, o nosso compromisso público, perante todos vocês, é de dar sequência a esse trabalho. De qualquer forma, muito obrigado, de coração a todos vocês, pela confiança, pelo incentivo, pelo estímulo. O que vai, de certa forma, enriquecer ainda mais a cidade de Campina, que tem uma característica, desde a origem, que é entreposto comercial, o que, de certa forma, se associa à característica da feira central. Muito obrigado, de todo coração, em nome da cidade de Campina Grande”. A Presidente agradeceu ao Prefeito e passou a palavra para a técnica **Giovana Araújo Aquino**: “Boa tarde a todos. Eu gostaria de dividir com vocês a minha felicidade de estar aqui hoje. E a feira de Campina Grande tem um lugarzinho especial no meu coração, por ser exatamente, campinense. Eu gostaria muito de agradecer à nossa equipe do INRC. Gostaria de agradecer ao prefeito Romero, que, de fato, concretizou esse processo a partir desse projeto de requalificação tão magnifico, que nós discutimos com os feirantes. Gostaria, de maneira muito especial, de agradecer a superintendência do IPHAN Paraíba, porque, sem ela, com esse suporte que ela nos deu, nós não estaríamos aqui. Eu gostaria, finalizando minhas palavras, de dizer a vocês nós iremos trabalhar na salvaguarda e, em dois mil e vinte e sete, teremos esse registro renovado. Muito obrigada”. Também se pronunciou o representante da Feira, **Cícero Pereira**: “Primeiramente, conter a emoção e a satisfação de presenciar esse momento tão importante para a nossa feira central e agradecer a todos os colaboradores que encaminharam esse processo, juntamente com os feirantes, obviamente. Desculpa a emoção, mas é porque é

muito importante esse convite de estar aqui, nessa solenidade e de ter pessoas empenhadas em ter essa visão. Temos um governo que não tem tido uma atuação com olhos voltados para esse tipo de coisas, ou desses frutos que o ser humano, a sociedade está envolvida, que é tirar nosso sustento, sustentar nossas famílias, que é a finalidade do feirante. Conviver com toda essa questão cultural, com esses costumes. E sempre convivemos com situações, às vezes, até de decadência. Mas, não é o momento de falarmos disso, porque o futuro bom vai vir pela frente. Isso aí foi um passo importante que a instituição deu e nos presenteou. Eu comparo a feira com uma grande árvore que sempre deu fruto. Essa árvore é a feira central. Essas raízes foram enfraquecidas, os frutos ainda dão a possibilidade que muitas famílias sobrevivam sobre elas. Hoje, depois deste ato, de todo esse processo, dessa efetivação, desse patrimônio brasileiro hoje, com certeza, esses frutos virão a ter uma melhor qualidade, sem sombra de dúvida. Essas minhas palavras, agradecendo mais uma vez a Deus. Obrigado por tudo'. Por último interveio a Superintendente do IPHAN no Estado da Paraíba, **Carla Gisele Morais**: "Gostaria de agradecer à presidente do IPHAN, aos diretores, e no DPI, ao Deyvesson Gusmão e à Marina Coutinho, que foram fundamentais, muito especiais para nós também. Ao doutor Ulpiano, Conselheiro que nos acompanhou na visita à feira. Foram muito especiais todos esses momentos, e nós ficamos muito comovidos, de fato, com a mobilização em torno desse registro. Era muito grande a nossa expectativa, e veio todo mundo. Foi um esforço grande para conseguir reunir as pessoas aqui. Estávamos ansiosos para dizer: Feira de Campina Grande, Patrimônio Cultural do Brasil, e agora podemos dizer. Eu só gostaria de deixar aqui, meu agradecimento, também, ao Marcos Vinicius, ao Fabiano Melo, outro arquiteto que também foi muito importante no processo da oficina de projeto participativo. Muitos outros que não vamos lembrar aqui., Só queria reforçar que foi um processo construído de maneira interdisciplinar. Porque, por exemplo, a minha formação de arquiteta, veio junto com a formação do Emanuel, de antropólogo, do Átila, educador, da Giovana, historiadora, e do Valmir, antropólogo. E todo mundo junto, falando de materialidade, imaterialidade, de como o espaço urbano é importante também para a manutenção dessa feira. Eu acho que, no final, ficou bom. Quando misturamos tudo. Só queria agradecer, muito obrigada, esse momento é muito especial para nós", concluiu a Superintendente. A Presidente **Kátia Bogéa**, agradeceu a todos e os convidou para o lançamento, na Sala Mário de Andrade, localizada no térreo, da reedição do Mapa etno-histórico do Brasil e regiões adjacentes, um dos trabalhos mais importantes que existem no Brasil, sobre línguas indígenas. nada mais havendo a tratar, a Presidente agradeceu o trabalho dos Conselheiros e Conselheiras, convocou a todos para a 88ª Reunião ordinária do Conselho Consultivo, que ocorrerá em 07 de dezembro de 2017, e

deu por encerrada a reunião, ficando lavrada por mim, Jorge Augusto Oliveira Vinhas, Secretário do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural, a presente Ata da 86ª Reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural, da qual dou fé e assino, juntamente com os Conselheiros presentes.



Kátia Santos Bogéa



Jorge Augusto Oliveira Vinhas



Ana Paula Bruno



Ângela Gutierrez



Antônio Carlos Mota de Lima



Arno Wehling



Carla Maria Casara



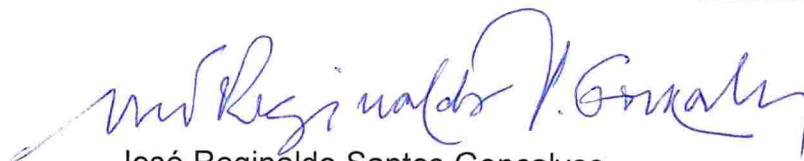
Carlos Augusto Machado Calil



Carlos Eduardo Dias Comas



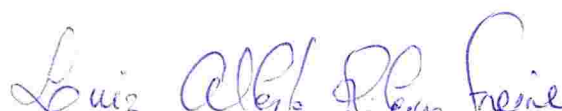
Jorge Eremites de Oliveira



José Reginaldo Santos Gonçalves



Leonardo Barci Castriota



Luiz Alberto Ribeiro Freire



Luiz Phelipe de Carvalho Castro Andrés



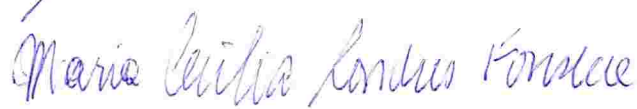
Luiz Roberto Liza Curi



Marcelo Mattos Araujo



Márcia Genésia de Sant'Anna



Maria Cecília Løndres Fonseca



Neusvaldo Ferreira Lima



Nivaldo Vieira de Andrade Júnior

